

# Debate Sindical

Ano 12 - nº 28 - junho/julho/agosto - 1998 - R\$ 7,50

## O sindicalismo e a sucessão presidencial

A ofensiva neoliberal e  
a degradação do trabalho

Causas e efeitos da crise  
nas Bolsas de Valores

"68 operário" nas greves  
de Osasco e Contagem

# ÍNDICE

- 3** Um novo projeto editorial
- 4** A sucessão presidencial e o sindicalismo  
(*Altamiro Borges*)
- 8** Neoliberalismo e degradação do trabalho  
(*Sérgio Barroso*)
- 14** Causas e efeitos da crise nas Bolsas  
(*Emilio Gennari*)
- 19** Quais os interesses em jogo no Alca?  
(*Gilson Luis Reis*)
- 22** Greve e cultura no ABC paulista  
(*Kátia S. Rodrigues*)
- 28** O "68 operário" em Osasco e Contagem  
(*Augusto Buonicore*)
- 32** A história de uma greve organizada  
(*Entrevista com Vital Nolasco*)
- 35** O taylorismo está superado no trabalho?  
(*Oswaldo Bertolino*)
- 41** Conhecimento tácito e formação profissional  
(*Antônia Vitória Soares Aranha*)
- 48** O 1848 francês e o Manifesto Comunista  
(*Paula Beiguelman*)
- 53** Resenhas de livros
- 58** Cartas dos leitores

## EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

**Sede:** Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01323-010

Fone/fax: (011) 289-1496

### Conselho de Redação

Altamiro Borges  
Augusto Buonicore  
Guiomar Prates  
João Batista Lemos  
José Carlos Ruy  
Umberto Martins  
Oswaldo Bertolino

### Conselho Editorial

Armando Boito  
César Benjamim  
Clóvis Moura  
Décio Saes  
Edgard Carone  
Emir Sader  
Francisco J.S. Teixeira  
João Pedro Stédile  
Luís Fernandes  
Luís Antonio Paulino  
Lucília Machado  
Marcos Gomes  
Nilton Vasconcelos  
Paulo Schilling  
Ricardo Antunes  
Abigail Pereira  
Augusto Pelta  
Edson Pimenta  
Gilda Almeida de Souza  
Gilson Luis Reis  
Gregório Poço  
José Alvaro Gomes  
José Carlos Schulte  
Luiz Raimundo Gavazza  
Mônica Custódio  
Nivaldo Santana  
Raquel Guisoni  
Sérgio Barroso  
Vianeí Martins  
Wagner Gomes

### Revisão

Josenildo Marques

### Capa

Big Nel

### Diagramação

Sandra Luiz Alves (fone: 289-9574)

### Impressão e acabamento

Editora Parma Ltda.

Os artigos assinados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

# Novo projeto editorial

**C**omo anda a revista *Debate Sindical*? O seu projeto editorial está esgotado? Quais as mudanças necessárias para torná-la mais atrativa? Como transformá-la num instrumento que de fato contribua para o fortalecimento do sindicalismo classista? Estas foram algumas das questões debatidas em recente seminário promovido pelo Centro de Estudos Sindicais (CES), que contou com a presença de vários colaboradores. Houve consenso de que, após 12 anos de circulação, é preciso promover profundas alterações na revista.

Na avaliação dos participantes da reunião e de outros sindicalistas consultados, durante todo esse período a revista cumpriu, no essencial, o seu papel. Ajudou na elaboração da concepção sindical classista, no estudo das questões de fundo do sindicalismo e no intercâmbio de experiências. Sem sectarismos ou dogmatismos, ela promoveu a polêmica franca e abriu suas páginas às diversas correntes de pensamento. Com o tempo, adquiriu prestígio na CUT e no restante do sindicalismo e passou a contar com a colaboração da intelectualidade avançada - o que se expressa no conselho editorial. Hoje, inclusive, faz parte do currículo de algumas universidades.

Apesar desse saldo positivo, há dúvidas e preocupações sobre o seu atual estágio e suas perspectivas futuras. A revista teria se tornado muito teórica - com artigos longos e, muitas vezes, inacessíveis. Sua linguagem teria se elitizado. Temas candentes, que exigiriam pesquisa de campo, ficaram de fora da publicação. O resultado é que a tiragem da revista estagnou. Ela teria passado a servir a uma pequena parcela das lideranças sindicais e da intelectualidade progressista, afastando-se do conjunto dos militantes classistas. Mesmo o seu projeto gráfico envelheceu.

Diante dessas preocupações e constatações, surgem novas propostas. A idéia inicial é a de alterar o seu projeto editorial - incluindo reportagens de campo, entrevistas, colunas de notas e de opiniões. Matérias mais curtas e acessíveis. A publicação não perderia seu caráter teórico, mas não seria exclusivamente uma revista de artigos de fundo. Seria mais viva, atrativa e dinâmica. O próprio projeto gráfico sofreria mutações criativas, tornando a revista mais vistosa, leve e colorida. A meta é atingir um grande número de lideranças sindicais, contribuindo com a informação e a formação.

Estas idéias estão em debate - com espírito autocrítico e ousado. Desde já, esperamos contar com as opiniões, críticas e sugestões dos atuais leitores da revista. Telefonem ou mandem suas cartas. Esse novo projeto editorial deverá ser construído coletivamente. Até porque exigirá maior esforço e investimento - inclusive financeiro. Diante das dificuldades de um ano eleitoral, a nossa proposta é de implementar as mudanças necessárias e possíveis a partir do próximo ano. Há tempo, portanto, para a sua contribuição. Ajude a fortalecer um instrumento comprometido com o avanço da luta dos trabalhadores e do sindicalismo classista!

*Conselho de Redação da Debate Sindical*

Caetano Brandão



## A sucessão presidencial e a ação do sindicalismo

Altamiro Borges \*

A exemplo da maioria das sucessões presidenciais na história republicana do Brasil, a de outubro próximo deve ser bastante polarizada. Isto apesar da onda fabricada pela mídia, que tentou vender a imagem de que FHC era "imbatível" e de que nem seria necessário o segundo turno das eleições. A grave crise social, decorrente da aplicação do amargo remédio neoliberal, e o crescimento das mobilizações de massas desgastam o governo e aumentam as chances da oposição. O sindicalismo, que aos poucos reocupa a cena política, terá papel decisivo num pleito definidor dos rumos do país.

As últimas pesquisas de opinião pública, divulgadas no final de maio, confirmam a tendência de uma disputa acirrada, que deverá contaminar a sociedade brasileira. O *Data-folha* apontou que a intenção de voto em FHC caiu sete pontos em apenas um mês; já o candidato das esquerdas, Lula, subiu seis pontos - o que configurou o empate técnico entre os dois principais concorrentes. A mesma fotografia apareceu no levantamento nacional do instituto *Vox Populi*. Ambas as pesquisas também indicaram o crescimento da candidatura de Lula nas maiores regiões metropolitanas do país - que por serem áreas mais politizadas tendem a influenciar o conjunto do eleitorado nacional.

Vários fatores, alguns deles como que incumbados, explicam a "inexplicável" queda de prestígio do até então "imbatível" FHC. É como se o feitiço virasse contra o feiticeiro. O chamado Plano Real, que há quatro anos atrás foi a principal alavanca eleitoral do atual ocupante do Planalto, já não consegue iludir totalmente a população brasileira. A cada dia que passa, ele dá sinais mais evidentes de grande vulnerabilidade e apresenta seus dramáticos efeitos sociais. A estabilização conservadora da economia, feita às custas do enorme sacrifício dos trabalhadores, pode cobrar seu tributo nas eleições de outubro próximo.

Por um lado, o Brasil da "era FHC" está à deriva, dependente dos humores do capital especulativo "globalizado". A privatização entreguista do patrimônio público, a abertura indiscriminada das importações, a política criminosa dos juros estratosféricos, entre outras medidas de cunho neoliberal, fragilizam e sufocam a economia. Essa vulnerabilidade ficou evidenciada com a crise das Bolsas de Valores, detonada no final de 97 a partir do Leste Asiático. O próprio ministro da Fazenda reconheceu então que o governo não tem qualquer controle sobre a economia. Por mais que se fale em moeda forte, em economia estável, o que existe de fato é uma grande instabilidade - que já é sentida pela população, conforme atesta a contínua queda de credibilidade do Real.

Por outro, o sociólogo na presidência não esqueceu apenas o que escreveu no passado. Também perdeu totalmente a compostura. Confirmando a tese de que neoliberalismo não combina com democracia, FHC abusa das medidas provisórias, procura desqualificar a oposição e atua como um rolo compressor contra todos que questionam o atual modelo econômico. Na prática, pretende institucionalizar o autoritarismo - uma ditadura civil. Para implementar seu projeto, ele mesmo reconhece que "falta assepsia" nas suas relações com a base governista no parlamento, na qual predomina o mais asqueroso fisiologismo, a pura compra de votos.

**O grave quadro social, com destaque para o desemprego, é o ponto fraco de FHC**

Mas além dos aspectos nacional e democrático, o que mais tem desgastado FHC são os efeitos sociais danosos da sua política neoliberal. Todas as pesquisas indicam que o calcanhar de Aquiles do governo é o aumento sem precedentes do desemprego. Segundo as estatísticas oficiais do IBGE, durante a gestão de FHC o desemprego aberto pulou de 4,42%, em janeiro de 95, para 8,18% da População Economicamente Ativa (PEA), em março último. Já pelos critérios mais realistas da pesquisa Dieese/Seade, o desemprego aberto e oculto na região metropolitana de São Paulo bateu recorde histórico em abril, atingindo 18,9% da PEA - 1,648 milhão de vítimas!

Decorrente da política econômica recessiva do governo e da reestruturação produtiva sob domínio do capital, a onda de desemprego parece estar fora de controle. O próprio FHC cunhou o termo "inempregáveis" para justificar sua omissão diante do aumento desta chaga social. Além disso, o governo reduz os investimentos que poderiam diminuir o impacto do desemprego e ainda arrocha violentamente os salários. No setor público, o funcionalismo está com seus rendimentos congelados há mais de três anos - daí a razão da pro-

longada e combativa greve dos docentes universitários, que tanto arranhou a imagem do governo federal. Já no setor privado, o governo aproveita o temor ao desemprego para impor graves retrocessos nos direitos trabalhistas - como o contrato temporário.

A total insensibilidade social do governo FHC fica evidente em inúmeros casos. Para os banqueiros e os grandes grupos econômicos, o Proer e todas as regalias; para os trabalhadores, a lei da selva - o mais desumano *darwinismo*. O desrespeito chega ao ponto do presidente cometer grosserias. O termo "vagabundos", usado para condenar os milhões de trabalhadores que se aposentam depois de muito trabalhar, não foi um simples deslize verbal. É assim mesmo que a elite neoliberal pensa! No seu "novo mundo", só vale a lógica da mão invisível e assassina do mercado.

Já o descaso com os flagelados da seca do Nordeste é ainda mais revoltante, beirando o genocídio. Desde outubro de 97, que o governo tomou conhecimento de estudos do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que indicavam que a estiagem na região seria uma das piores dos últimos anos. O governo não só não tomou nenhuma atitude de prevenção, como ainda cortou parte das verbas para investimentos sociais no Nordeste. Agora a seca atinge 1.209 municípios, martirizando mais de 5 milhões de nordestinos, e o governo ainda procura bodes expiatórios para justificar sua omissão. Os saques são decorrência da fome e não da ação do MST ou do sindicalismo rural!

### **A intensificação das lutas de massas possibilita a derrota do neoliberalismo**

A gravidade da situação social é o principal ponto fraco de FHC. Mas por si só a miséria não conduz a mudanças políticas de vulto - vide o caso do sofrido povo africano. Para que interfira nos rumos do país, é necessário a mobilização de massas que denuncie

estas mazelas. E é isto que vem ocorrendo no último período, com a intensificação das lutas sociais em todo o Brasil. A exemplo de outros países - como a França com suas constantes greves gerais, a Argentina com as paralisações e protestos nas províncias, o México com Chiapas e inúmeros protestos -, é a mobilização popular que tem condições de pavimentar a vitória eleitoral de forças progressistas.

Em certa medida, o primeiro semestre deste ano assiste um ainda tímido ascenso da luta direta das massas. Mesmo as greves, que estavam num refluxo decorrente do medo do desemprego dos que estão na ativa, voltam a ocupar as manchetes dos jornais - com destaque para as paralisações dos arrojados servidores públicos. Além disso, avança a unidade na base dos movimentos sindicais e populares. O exemplo maior foi o protesto de 20 de maio em Brasília, que reuniu cerca de 30 mil manifestantes de todo o país na luta contra o desemprego. Os próprios saques no Nordeste, que na história sempre tiveram um caráter espontâneo, ganham tom político.

Além da maior radicalidade na luta de massas - e sedimentada por ela -, amplia-se também a união das forças progressistas. A composição de uma ampla frente política, que reúne os principais partidos de esquerda do país (PT, PCdoB, PDT e PSB), dá novas esperanças aos que lutam contra o neoliberalismo e anima a própria luta de resistência. A candidatura Lula, alavancada por uma plataforma que polarize de fato com o projeto neoliberal, tem condições de empolgar, como atestam as recentes pesquisas de opinião. Pode resultar no êxito político - e até mesmo eleitoral!

Mas muito terá que ser feito neste sentido. As condições atuais ainda são vantajosas para o campo conservador. FHC é o representante do compromisso histórico da burguesia na implementação do neoliberalismo - projeto que é hegemônico no mundo todo. Não é para menos que sua candidatura à reeleição produziu um acordo abjeto com a extrema-direita de Maluf. Ela também procura evitar a qualquer



Januário F. da Silva

custo outro postulante do centro, como ficou evidenciado nas cenas deprimentes da última convenção do PMDB. Além disso, as regras do jogo são todas favoráveis ao atual ocupante do Planalto - a começar do golpe continuísta da reeleição e do monopólio da mídia.

### O papel do sindicalismo numa batalha definidora do rumo político do país

É neste jogo, ainda bastante adverso e complexo, que entra em campo o movimento sindical. Aos poucos, ele vem saindo da apatia e da confusão provocadas pela sua grave crise de representação. Em 96, após o fatídico acordo da previdência, dirigiu uma greve geral; em 97, patrocinou várias lutas e garantiu o massivo protesto de 17 de abril, coroando a marcha do MST; já neste ano, ele redobra suas forças na denúncia política do neoliberalismo, faz uma oposição mais contundente a FHC e agenda inúmeras lutas e protestos unitários - como o de maio passado em Brasília. O sindicalismo volta a ser um dos principais instru-

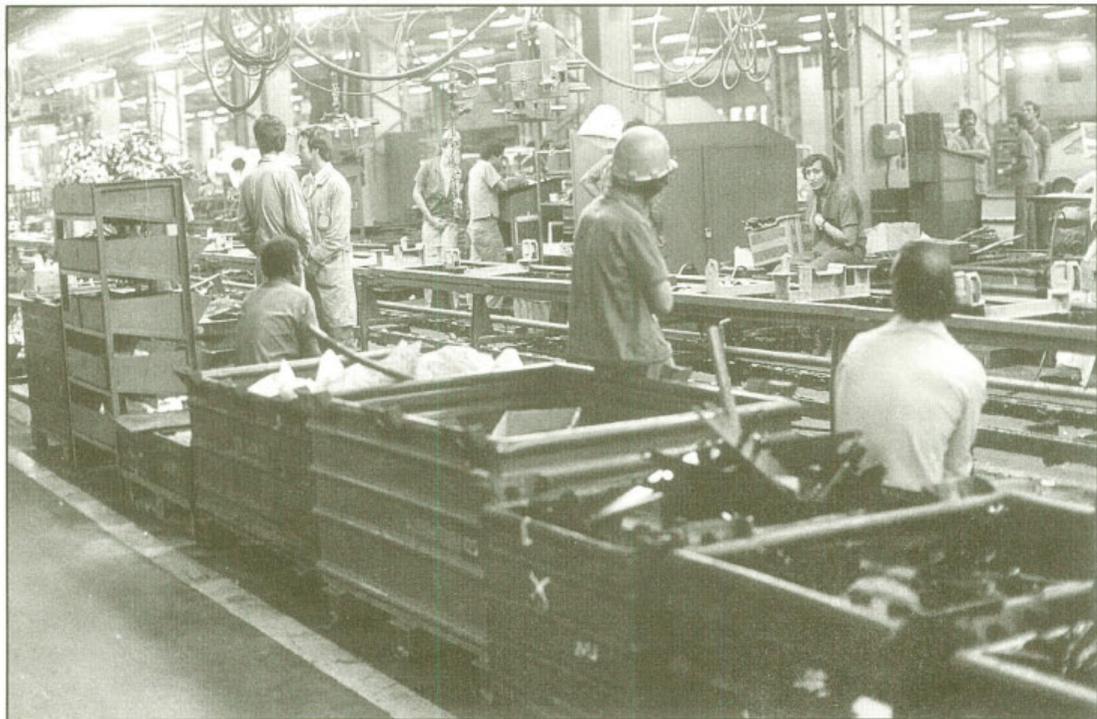
mentos de combate ao governo neoliberal.

Mas como afirmou Lula em recente plenária em São Paulo, a batalha eleitoral de outubro exigirá ainda maior esforço das lideranças sindicais. "Ela é muito mais importante do que uma campanha salarial específica, porque se refere ao poder político, aos destinos do país", explicou. Além de cumprir o papel principal de intensificar e unificar as lutas de massas - que têm peso determinante em qualquer pleito institucional, como comprovam as recentes experiências internacionais -, os sindicalistas classistas precisarão também envolver-se diretamente na campanha eleitoral.

Para isso será necessário superar a rotina sindical, que tem sua dinâmica e calendário próprios. Em todos os momentos históricos de grandes confrontos políticos, definidores dos rumos da nação, aparecem com nitidez os vícios economicistas e corporativistas do sindicalismo. E mais uma vez o dilema está colocado. Para derrotar FHC e mudar a correlação de forças no parlamento, elegendo bancadas comprometidas com os trabalhadores, será preciso redefinir as prioridades da ação sindical - e não apenas no último mês de campanha. Este é o principal desafio a partir de ontem!

\* Jornalista, membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Clóvis Sobrinho



## Desmonte e exploração da força de trabalho

Sérgio Barroso \*

Segundo o Programa das Nações para o Desenvolvimento (ONU), 1997 registrou uma das maiores tragédias sociais do século. Desde 47, triplicou o número absoluto de pobres: somam 1,3 bilhão de pessoas, cerca de 22,8% da população mundial. Já as "riquezas" multiplicaram-se por sete, com os PIBs na cifra de US\$ 25 trilhões, duplicando-se o número de miliardários. São índices sinistros, semelhantes aos da OIT, que constatarem ser de 1 bilhão o total desempregados e subempregados no planeta. Organizado e dirigido pela oligarquia financeira, o ataque do capital "globalizado" prossegue na devastação do fundamento de seu próprio sistema: o trabalho assalariado.

"E onde é que está escrito que os brancos britânicos tem direito a 15 dólares por horas e cinco semanas de férias, enquanto um asiático tem de trabalhar a 3 dólares por dia? Esses trabalhadores asiáticos, agora, são parte da economia global e o Ocidente vai ter sim-

plesmente de se adaptar a esse fato". A declaração, bastante elucidativa, pertence a Rodney Jones, neozelandês e analista financeiro do *Quantum Fund*, do saqueador George Soro. Foi dada a William Greider, autor de "Um só mundo, estejamos ou não preparados

para ele” - um livro fotográfico da cruel realidade da “globalização” neoliberal.

Segundo relata, com a “unificação” da Alemanha, o salário do operário industrial do lado Oriental chegou a atingir, em 93, o pico de 17,30 dólares/hora. Como se aproximava dos custos pagos no Japão ou EUA, ao tempo em que valiam 24 dólares/hora, empresas alemãs e norte-americanas passaram a contratar metalúrgicos qualificados da Hungria e República Tcheca, por 2 ou 3 dólares/hora, para realizarem exatamente as mesmas tarefas.

A Asca Brown Boveri (ABB), poderoso conglomerado suíço-sueco de engenharia, demitia então 100 operários suíços, enquanto anunciava investir US\$ 1 bilhão na Ásia. “Antes - disse o sindicalista suíço A. Tarabusi - costumávamos conhecer pelo nome cada um dos desempregados”. Enquanto isso, contra uma proposta de drástica redução salarial feita pela Caterpillar, o sindicato UAW dirigiu uma greve que terminou sob a ameaça recorrente da empresa de mudar suas unidades para o Brasil, Europa ou Japão. O vice-presidente do UAW, Bill Casstevens, denunciou a prática da Caterpillar de só recontratar demitidos por 7 dólares/hora, ao invés dos 17 dólares corriqueiros.

Ainda em 93, na Malásia, a recente indústria eletrônica empregava 160 mil trabalhadores, a ampla maioria mulheres jovens; em extensas jornadas de trabalho, montavam desde câmeras japonesas até chips de semi-condutores norte-americanos. Os salários, “altos”, chegavam até 130 ou 150 dólares mensais em Kuala Lumpur. Impedindo a formação de sindicatos independentes, o governo ameaçava (e já o tinha feito) transferir unidades para o Vietnã, onde o salário seria de um décimo daqueles valores, segundo Rajaserakan, dirigente do Congresso dos Sindicatos Malaios. Já os operários da indústria automobilística de Illinois, nos EUA, ganhavam em um ou dois dias o que os malaios recebiam em um mês.

Entre 81-93, somente nos EUA e no Canadá, operários da indústria Aeroespacial sofreram 300 mil demissões - eram 831 mil.

Durante anos seguidos, as demissões chegavam em média a 1,5 a 2 mil por mês, segundo George Kourpias, vice-presidente da Associação Internacional dos Mecânicos e Operários Aeroespaciais - conforme relatos colhidos por Greider durante o 100º Congresso da Federação Internacional dos Metalúrgicos, 1993, Zurique.

### **Mais-valia é extraída a fórceps e cresce a praga do trabalho temporário**

O fato é que a perda do trabalho (e do emprego) é gerada pela concorrência oligopolista “global”. E no imperativo da lógica da redução dos custos, a questão central torna-se o achatamento brutal dos salários - o incentivo mais sedutor à multiplicação dos lucros. Trata-se da extração a fórceps da mais-valia absoluta e relativa. Em 1975, o salário/hora do operário norte-americano era o dobro do Japão e ultrapassava o de todos os outros países, exceto os da Noruega, Suécia, Bélgica e Holanda. Em 92, o salário/hora dos EUA era inferior ao de 13 países, incluindo o Japão. Segundo Lester Thurow, no livro “O futuro do capitalismo”, os trabalhadores dos EUA tiveram queda de salários reais de 14%; por outro lado, o PNB per-capita cresceu 33% entre 73-94.

Também no começo dos anos 90, a Brown Boveri estabeleceu 40 novas joint-ventures nos países de baixos salários do Leste Europeu, empregando 25 mil operários “mais baratos”. A Swissair passou a fabricar seus 20 milhões de bilhetes aéreos em reprocessadores de Bombaim, por trabalhadores em computação que ganham um décimo dos salários suíços. A IBM já tinha transferido 1.100 empregos em “discdrivers”, da Califórnia e Minnesota, para regiões da Ásia.

Recentemente - e sem disfarces -, ideólogos de universidades norte-americanas (como sempre) entraram em acintosa campanha em defesa de seu modelo, o mais flexibilizado do mundo, em matéria de relações e contratação

de trabalho. Afirmam que em 2005, os EUA terão 50% de trabalhadores "avulsos" (O Estado de S. Paulo -26/01/97). "A antiga definição de trabalho das 9 às 17 horas por salário fixo está morta", afirmou William Halal, da Escola de Administração da Universidade de George Washington. Isto num país em que as estatísticas oficiais apontam em 30% o número de trabalhadores sob regime de contratação temporária (ou parcial).

No mesmo sentido segue a pesquisa do instituto norte-americano Human Resources ("A natureza do trabalho em mudança"), que encontrou em 90 empresas estudadas nada menos que 25% a 35% de trabalhadores realizando serviços de maneira avulsa ou por empreitada. O estudo projeta a mesma percentagem (50%) de trabalho temporários em 10 anos naquelas corporações. Esta ofensiva originará o aumento da desigualdade salarial e o surgimento de uma nova "classe de pobres operários, condenados a um futuro de longas horas de trabalho sem aposentadoria ou seguro saúde"- afirma a jornalista Tammy Joyner (O ESP - idem).

Em novembro último, em Luxemburgo, a chamada Cúpula Social da União Européia divulgou ser de 18 milhões o número de desempregados nos 15 países do continente. A média da taxa de desocupação seria de 11%, sendo que 5,2 milhões estariam sem trabalhar a mais de um ano. Espanha (19,9%), Finlândia (13%), França (12,6%), Itália (12,1%) e Irlanda e Alemanha (10%) seriam os países recordistas em desemprego. Chama atenção que as próprias autoridades européias afirmam que 27% dos desempregados são jovens de até 25 anos.

**O aumento do desemprego e a drástica redução dos salários em todo o mundo**

Misturando trabalho temporário com redução da jornada, a Cúpula da União Européia omitiu, propositadamente, números sobre a contratação temporária e seus efeitos. Veio a

luz apenas a espantosa cifra de 38,1% de trabalhadores holandeses em regime "part-time", num país que teria "diminuído" o desemprego para 6,1% (de quanto?). Já na Espanha, desde a vigência dos contratos precários, em 83, o desemprego pulou de 18% para 24%, em 96. Segundo a central Comisiones Obreras, em fins de 96 havia 42,7% de empregos temporários no país. O crescimento econômico espanhol continua medíocre e os salários de seus trabalhadores permanecem achatados.

Na União Européia, de 82-95, a diferença entre o ápice dos 10% mais altos salários e a base dos 10% mais baixos esteve entre 2 a 2,5 vezes, sem qualquer melhora. Nos EUA, no mesmo período, aquela relação piorou de 3,5 a 4,3 vezes, observando-se que 20% dos trabalhadores americanos recebem salários inferiores ao mínimo da Alemanha. Desmoralização e superexploração - eis a beleza do modelo flexível e do trabalho "avulso" do imperialismo norte-americano (ver: "Europa fixa metas contra o desemprego", seqüência de artigos de Clóvis Rossi - FSP, 22/11/97).

Mesmo no caso alemão, onde os metalúrgicos do poderoso IGMetall possuem jornada de 35 horas semanais, sobreveio a redução salarial. O arrocho impôs perdas de 0,3% em 93, 2,9% em 94, 1,8% em 95 e 0,1% em 96. Nos últimos quatro anos, ao contrário das promessas, o desemprego aumentou, assim como os ganhos de produtividade e maior rentabilidade das empresas (ver: "Avanços para uma Europa Social", de Jorge Mattoso, FSP - 29/10/97).

Lembremos também a verdadeira catástrofe Argentina. Em 1990, a taxa oficial de desemprego era de 3,6%. A Ley del Empleo e cerca de 13 decretos, incluindo formas de contratação temporária, não impediram que em 93 a taxa fosse a mais de 10%, chegando a 21% em fins de 1996 ("Carta Aberta da CUT ao Senado" - novembro de 1997). E não é só isso. Usando índices mais amenos (16% de desemprego), o jornalista Antônio Calos Pereira, colunista do insuspeito "Estadão", diz que apenas 11% dos empregos criados em 12 meses foram de contratos tradicionais. Acres-

centa ainda que em todo país os salários foram reduzidos em 1,5%, sendo que no setor da construção civil o corte foi de 7,1% (O ESP - 20/11/97, "A boa teoria e a prática perversa").

### FHC e seus burgueses seguem a trilha do neoliberalismo mundial

Em abril de 97, num seminário sobre relações de trabalho, FHC inventou o termo "inempregáveis". Negando ser um neoliberal, fez citações de Hegel a Marx para literalmente afirmar que "o processo global de desenvolvimento cria pessoas dispensáveis" (FSP - 8/4/97). A idéia não seria uma variante daquela expressa pela agente especulador de Soro, citada acima?

Naquele período, segundo pesquisa do Dieese/Seade, o desemprego atingia na Grande São Paulo 1,385 milhão de trabalhadores. Já no final do ano, quando do anúncio do pacote "fiscal" recessivo, ele alcançou 16,5% - cerca de 1,428 milhão de desempregados. Enquanto isso, a jornada de trabalho média de três setores econômicos tinha se ampliado, entre 93 e março de 97, de 42,6% para 46,6%, em função das horas extras (Desep-CUT, "Balanço de três anos do Real"). Por sua vez, o salário médio real, em abril passado, caíra 7,7%, na mesma região.

Mesmo neste quadro perverso, a base parlamentar de FHC aprovou o denominado "contrato de trabalho por prazo determinado". Para impor tal projeto - uma desgraça para os assalariados -, patrocinou-se uma furiosa campanha de mentiras. A Confederação Nacional das Indústrias editou uma revista especial com o título "Flexibilizar é preciso". Nela afirma-se que existe no país uma indústria da LER (Lesões por Esforço Repetitivo); o economista José Pastore grita contra o "enrije-

cimento" do mercado do trabalho; e o ministro Pazzianoto vocifera contra os cinco minutos de atraso na marcação do ponto. Em resumo: normas demais, empregos de menos. Puro disparate! O ápice destas mentiras é baseado num estudo de José Pastore que afirma que o custo do trabalho, sobre a folha de pagamento das empresas, é de 102,06% no Brasil.

Isto quando se sabe que: 1) o custo médio total do trabalho hora em dólares, em novembro de 97, foi de 16,40 nos EUA, 16,91 no Japão, 4,04 na Argentina, 3,44 no Uruguai e **2,68 no Brasil**; 2) os encargos sociais no país não passam de salário indireto, uma forma de esconder a exploração dos capitalistas tupiniquins; 3) os encargos sociais, universalmente medidos, não ultrapassam 27,8% da folha salarial, como provou Marcio Pochmann ("Jogo dos três erros - Encargos nacionais: um debate fora do lugar", revista Carta Capital, novembro/97); 4) a rotatividade da mão-de-obra alcançou, em novembro último, **37,1% no Brasil**, 29% no Paraguai, 14% nos EUA e 7,42% na Argentina - o que desmente os que afirmam que o mercado de trabalho nacional é "inflexível"; 5) as marcas dos anos 90 foram a ampliação da jornada de trabalho, o alastramento do desemprego (de 7,3%, em 85, para 16,5%, em outubro de 97) e o crescimento da produtividade - segundo o mais atualizado estudo sobre lucros empresariais, em 97 eles foram os maiores da década!

O programa neoliberal de FHC é parte constitutiva da "globalização", teleguiada pelo imenso cassino a flutuar em que se transfigurou o capitalismo deste fim de século. Superexploração do trabalho, recomposição de lucros, e mesmo superlucros, é o que ordena o movimento do capital.

O contrato temporário de trabalho também segue a lógica autofágica da erosão da civilização burguesa. É necessário recusá-la e derrotá-la.

\* Integrante da executiva nacional da CUT e da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

# O colapso do MERCADO DE TRABALHO

A conformação do mercado de trabalho no Brasil resulta das especificidades do nosso processo de industrialização. Problema que sempre despertou acirradas polêmicas, a visão deste curso parece-me ter sido, no fundamental, equacionada por João Manuel Cardoso de Mello, em "O Capitalismo Tardio", escrito em 75. Resumidamente, o autor afirma que entre 1888-1933 ocorreu uma etapa "capitalista exportadora cafeeira", sem a existência de forças produtivas tipicamente burguesas; seguiu-se, até 55, um tipo de industrialização "restringida"; e, de 56 a 67, a fase "pesada", marcada pela completa hegemonia do capital industrial. É distinguível que a periodização liga-se a decisivos efeitos na economia brasileira, como os da Grande Depressão, atravessa o Plano de Metas (56-61) de Juscelino, o golpe e o "milagre" econômico da ditadura militar.

Assim pressupondo, é relevante lembrar que, entre 1970-74, o ritmo de expansão do emprego industrial alcançou 8,4% por ano no Brasil e 8,6% no Estado de São Paulo. Mesmo com um interregno de desaceleração entre 74-78, a média do período 71-78 foi de 5,4% de crescimento<sup>[1]</sup>. São os maiores índices da história do capitalismo brasileiro.

Mas observe-se, por outro lado, como os censos demográficos relativos aos anos 60, 70 e 80 são emblemáticos. Os denominados 50% mais pobres diminuíram sua participação no total da massa de rendimentos do trabalho em 17,4%, 14,9% e 12,6%, no decorrer das décadas apontadas. Muito diferentemente, os 5% mais ricos cresceram sua participação em 28,3%, 34,1% e 37,9%, respectivamente. Também é imprescindível compreender que a presença agrícola na população economicamente ativa foi de 54,3%, 44,6% e 30,2%, na mesma sequência de anos.

Para uma noção de conjunto, note-se que, de 47 a 80, o PIB brasileiro cresceu 7,1% por ano, tendo especificamente a indústria de

transformação atingido, nada mais nada menos, que 8,5%. Ou ainda que, de 56 a 80, concentrou-se nas grandes regiões metropolitanas a oferta potencial de trabalho, acompanhante de um crescimento da população em idade ativa muito rápido.

Entretanto, como afirmam Dedecca e Baltar, mesmo em fins dos anos 70 não havia plenitude do aparelho produtivo, no sentido da construção de máquinas e equipamentos capazes de responder às demandas decorrentes de sucessivos aprofundamentos do processo de industrialização comandado pelo Estado. Este originou um mercado de trabalho de 20 milhões de trabalhadores. De 56 a 80, havia 25% de funcionários públicos somados aos da área de educação e saúde; 10% de empregados em "grandes estabelecimentos"; e trabalhadores das médias, pequenas, micros empresas e unidades familiares, somando 13 milhões de pessoas ou 65%<sup>[2]</sup>.

Finalmente, o salário mínimo (criado por Vargas em 1940 e valorizado na década de 50) sempre serviu de referência ao salário médio na indústria. Este, por sua vez, era assentado numa grande massa de salários pagos a trabalhadores "não qualificados", traço marcante da força de trabalho do capitalismo dependente brasileiro - e vital no jogo industrial da espoliação operária. Por isso, também os 20 anos de industrialização "pesada" (poderosamente auxiliados pela vertiginosa queda do salário mínimo a partir de 59) produziram uma economia de salários baixos e desiguais.

## **DESTRUIÇÃO NEOLIBERAL**

Não pode haver qualquer dúvida sobre o caráter nefasto que o programa neoliberal impõe ao trabalho no Brasil. E não são meros efeitos conjunturais, que poderiam ser sanáveis com reeducação/qualificação profissional, diminuição da taxa de juros ou crescimen-

to da produtividade. Como se tentou informar brevemente acima, o mercado de trabalho brasileiro é a contra-face de um desenvolvimento capitalista dependente ou tardio. Mais ainda, de fisionomia recentíssima para ser preciso. Não é sequer parecido com o que predominou no centro capitalista, que possuía como um dos pilares a preponderância absoluta de empregos assalariados regulares.

Por isso, a marcha da destruição dos anos 90, se assim persistir, vai mesmo decompor o mercado de trabalho brasileiro. Esta é a interpretação consequente do que têm alertado pesquisadores e especialistas que pensam o nosso país. Nesse sentido, cabe ressaltar a contribuição de Marcio Pochmann, que em abril último publicou a versão preliminar de "O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional" (Cesit/Unicamp, 1998).

Sinteticamente, o texto aponta que: a) o desemprego nos anos 90 é superior em 2,4 vezes aos dos anos 80; b) aparece o fenômeno do desassalariamento; e, c) desenvolve-se a geração de postos de trabalho não-assalariados (por conta própria e não-remunerado).

A primeira questão diz respeito ao aumento do desemprego em decorrência da População Economicamente Ativa crescer mais que a geração de postos de trabalho. Isto significa que nos anos 90 abriram-se 951,4 mil postos de trabalho por ano e o ingresso foi de 1.417,1 mil pessoas por ano, numa média de desemprego de 465,7 mil no curso da década. Concretamente, o número de postos abertos representou só 67,1% da população de trabalhadores que busca empregos.

Na segunda questão, o desassalariamento foi motivado por queda na participação relativa do setor secundário do total da ocupação,

por redução na participação relativa dos empregos assalariados no total da ocupação e pela diminuição na participação relativa dos empregos assalariados com registro no total de assalariados. Importa aqui destacar a queda de 9,6% no total da ocupação no setor secundário da região sudeste, embutida numa média de 2,2% no conjunto das regiões.

A terceira questão implica na constatação da perda de 2.470,5 mil vagas do emprego assalariado com carteira assinada nos anos 90. Nove Estados com regiões metropolitanas contabilizaram saldos negativos na evolução do emprego formal, tanto para o interior quanto para as regiões metropolitanas.

Portanto, olhando em perspectiva, também não devemos ter dúvidas quanto a reduzida margem de manobra que dispõe, efetivamente, o Brasil capitalista dependente na "globalização" neoliberal. Sob o governo FHC, o que está em pauta é o desmonte das estruturas e engrenagens do Estado nacional. E, como sabemos, isto não se fará impunemente, à revelia de profundas desigualdades e contradições sociais. Ou à margem da luta de classes e das rebeliões que virão (**Sérgio Barroso**).

### NOTAS

1- Ver "Emprego e salário na indústria - o caso brasileiro", Tavares, M. e Souza, P. Revista de Economia Política, São Paulo, 81. A propósito, é interessante perceber que um dos pesquisadores renomados da Unicamp sobre salário e emprego era exatamente o atual ministro da Educação Paulo Renato de Souza, recentemente às voltas com a greve de docentes universitários em busca de melhores salários!

2- Todas as citações de dados dos censos, além da referência expressa, encontram-se no importante trabalho "Emprego e salários nos anos 60 e 70", Baltar, P. e Dedecca, C., 1992, texto didático para a disciplina Mercado de Trabalho, Salários e Sindicatos no Brasil, CESH/FE/Unicamp.

Elifas Andreato



## As lições das crises nas Bolsas de Valores

Emilio Gennari \*

A partir do final do ano passado, as sucessivas quedas nas Bolsas de Valores dos países asiáticos espalharam o pânico pelos mercados capitalistas do mundo inteiro. Numa reação em cadeia, o valor das ações das grandes empresas despencaram, transformando em pesadelo o sonho dos investidores de consolidar altos lucros. Como explicar este raio em céu azul que em poucos dias consegue fazer desaparecer bilhões de dólares da riqueza mundial? Por que, ao atingir um distante país da Ásia, seus efeitos devastadores afetam até mesmo as economias do chamado primeiro mundo? Que desafios estes movimentos do capital propõem à ação das classes trabalhadoras? Estas são as perguntas às quais procuraremos responder com as nossas reflexões.

De antemão é preciso dizer que é impossível entender as crises nas Bolsas de Valores sem, ao menos, saber o que elas são e como funcionam. As Bolsas são instituições onde se negociam contratos de compra e venda de produtos primários de grande importância comercial (como ferro, petróleo, café, soja, etc.) e de ações. Estas são vendidas em lotes de mil e ao comprar até mesmo um único lote o investidor se torna proprietário de uma pequena parcela da empresa que as emitiu e, uma vez por ano, tem direito a receber uma porcentagem de lucros que corresponde à quantidade de ações que ele possui. Em linhas gerais, pode-se dizer que, através de corretores especializados neste tipo de negócio, na Bolsa de Valores agem três tipos de investidores:

1- Os acionistas que detêm a maioria das ações da empresa e dirigem suas atividades produtivas de olho nos mercados, na necessidade de investir em máquinas, de criar novos produtos, de melhorar a produtividade, de reduzir os gastos com o pagamento de salários e benefícios - enfim, de elevar constantemente os lucros da empresa.

2- Os investidores que compram ações de olho nos dividendos e, portanto, tendem a mantê-las em suas mãos por um certo período de tempo. Por serem minoritários, eles são ouvidos nas assembleias dos acionistas, ainda que não sejam eles a dar a palavra final sobre os rumos da empresa.

3- Os especuladores que, apesar de comprarem uma quantidade significativa de lotes, não estão interessados nos dividendos a médio e longo prazo e sim na imediata valorização das ações de uma determinada empresa. Ao comprarem hoje por um preço e venderem daí a poucos dias por outro levemente superior, eles têm a possibilidade de realizar lucros imediatos, aumentando o capital disponível para novos investimentos.

O preço das ações de uma empresa tem como referência o valor do seu patrimônio e a perspectiva de lucros, tendo como base suas condições de produção e comercialização, a capacidade administrativa de sua diretoria, a situação dos concorrentes e a conjuntura eco-

nômica do país em que está inserida. Além desses fatores econômicos, seu preço é influenciado por circunstâncias psicológicas. Um clima de exagerado otimismo em relação ao desempenho de determinada empresa, por exemplo, pode levar a uma supervalorização de suas ações. De situações como estas podem surgir distorções perigosas, pois o valor pelo qual serão negociados os papéis desta empresa se afasta tanto de sua base real, ao ponto de perder totalmente o contato com os elementos econômicos sobre os quais era calculado o preço inicial das ações, formando aquilo que os economistas chamam de uma "bolha especulativa".

### **O valor fictício das ações e o jogo destrutivo dos grandes especuladores**

Nos últimos anos, a formação deste valor fictício das ações tem sido amplamente alimentada pelo mercado de derivativos. Trata-se de contratos negociados na Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BMF) que estabelecem o valor futuro pelo qual serão comprados e vendidos determinados papéis. É neste âmbito que, por exemplo, um investidor assina um contrato pelo qual ele se compromete a comprar daqui a três meses as ações de outro investidor por R\$ 150,00 o lote. Sabendo que hoje os mesmos papéis estão sendo negociados por R\$ 120,00, a sua expectativa é que daqui a 90 dias o valor destas ações alcance os R\$ 160,00. Passado este tempo, mesmo que tais papéis estejam sendo negociados por um valor maior do que o combinado, o nosso investidor os comprará por R\$ 150,00 e, provavelmente, tentará vendê-los no mesmo dia para realizar a diferença de R\$ 10,00 o lote e usar esta quantia adicional para ampliar os seus negócios. O contrário, porém, pode ser verdadeiro. Se as ações forem contadas em R\$ 140,00, quem realizará o lucro não será o comprador e sim o vendedor.

Nestes contratos, o elemento psicológico está sempre presente. De fato, é só um grande

investidor realizar a compra futura de uma quantidade significativa de papéis de uma empresa para influenciar automaticamente as opções dos demais investidores que, aumentando a demanda por suas ações, acabarão elevando artificialmente a valorização destes papéis.

Ainda assim, pode-se dizer que, em última análise, o movimento das Bolsas é orientado pela perspectiva de lucro das empresas que ora tem como base uma avaliação real do seu patrimônio e do seu desempenho, ora uma aceleração irracional do interesse por determinadas ações. Quando as Bolsas estão em alta, significa que as boas perspectivas de lucro aumentaram a procura por ações e, como consequência, produzem uma elevação dos seus preços. Quando o movimento se inverte em função das previsões de uma redução na lucratividade das empresas, aumenta o número de investidores que querem se desfazer de suas ações. A elevação da oferta provoca uma queda nas cotações e os índices das Bolsas caem.

É necessário precisar que nem sempre a baixa nas Bolsas aponta para uma redução das expectativas de lucro. As vezes, trata-se apenas de um movimento pelo qual grandes investidores (em geral, especuladores) que compraram ações que estavam em baixa, decidem vendê-las agora pelo seu novo valor. Mesmo que sua decisão acabe influenciando os operadores da Bolsa que, imitando seu exemplo, também aumentam a oferta de ações fazendo cair os seus preços, os especuladores ganham duas vezes. De um lado, conseguem realizar altos lucros, pois embolsam a diferença entre o antigo valor de compra e o novo valor de venda dos papéis que estão em sua posse. De outro, usam esta quantia para, em seguida, comprar as ações de empresas cujo valor está em queda em função da elevação da oferta, mas não devido a uma perspectiva pessimista de consolidação de lucros futuros.

**A queda nas taxas de lucro e o aumento da exploração dos assalariados no mundo**

Olhando agora para a realidade, é preciso dizer que não foi este movimento que determinou a queda vertiginosa (crash) nas Bolsas de Valores dos países do Sudeste Asiático no final do ano passado. Neles os investidores se depararam com a perspectiva de uma redução acentuada da taxa de lucro, que anuncia a chegada de uma crise de superprodução do sistema capitalista. Naquelas economias, a forte elevação da oferta acima da procura, provocou uma redução brutal nos preços dos produtos industrializados, comprimindo ainda mais a taxa de lucro que vinha sendo exprimida em função da redução do desemprego e da proporcional elevação dos salários dos trabalhadores.

O capital especulativo, extremamente sensível à manifestação destes sintomas, fugiu em massa das Bolsas desses países. A drástica elevação da oferta de ações fez despencar seus preços e a conversão em dólar dos valores obtidos com a venda das mesmas acelerou a desvalorização das moedas nacionais, apontando para uma situação de instabilidade econômica e política. Conscientes de que a tormenta não seria passageira, os capitais procuraram abrigo em outras bolsas, no ouro ou, simplesmente, permaneceram em dólar aguardando novas chances de valorização.

Contrariando a percepção do senso comum, estas novas oportunidades serão criadas somente depois da destruição dos excedentes de mercadorias, do fechamento de parte das empresas, da demissão e da conseqüente diminuição dos salários. Dessa forma, além de reduzir a oferta e promover uma nova elevação dos preços, é possível encolher os gastos que fazem cair a taxa de lucro e, a médio prazo, projetar uma nova fase de crescimento que será anunciada por seguidas altas nos índices da Bolsa.

O que vai acontecer para um grupo de países já faz parte da realidade de centenas de empresas que assistem à valorização de suas ações logo após anunciarem programas de reestruturação produtiva que, além de uma adequação da oferta, prevê arrocho e desemprego. Esta é a razão pela qual, após o anúncio do

fechamento da fábrica de Vilvorde, na Bélgica, a cotação das ações da Renault subiu 13%. O endurecimento da exploração é o remédio que garante a sobrevivência do capital.

### **A badalada globalização provoca crises imediatas em todas as economias**

Se é verdade que agora estamos entendendo melhor os movimentos das Bolsas de Valores, é também verdade que por estas constatações ainda não é possível explicar porque a crise no Sudeste Asiático repercutiu imediatamente no mundo inteiro. A resposta é simples e deita raízes do processo de globalização tão elogiado pelos economistas a serviço das classes dominantes.

Há tempos as multinacionais vêm se instalando longe de seu país de origem. A quebra das barreiras comerciais e da legislação que visava conter a remessa de lucros para o exterior tem acelerado este processo, levando às situações que até 20 anos atrás pareciam inconcebíveis. Vamos citar o exemplo da 3M e, especialmente, da sua produção de telas de vidro que protegem os digitadores da claridade e da radiação emitidas pelos monitores de vídeo dos computadores. Trata-se, portanto, de uma mercadoria simples, barata e composta por um número extremamente pequeno de peças. De acordo com as informações desta multinacional, existem subsidiárias da 3M que lidam com este mesmo produto na Austrália, Indonésia, China, Coréia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Singapura, Taiwan, Tailândia e no Vietnã. Se isso não bastasse, as partes que integram a peça em questão são produzidas por outras empresas e apenas montadas pela 3M, que lhes dá o acabamento final.

Destas constatações pode-se tirar algumas conclusões interessantes para o nosso estudo. Em primeiro lugar, como o grupo 3M negocia suas ações nas Bolsas de Valores dos países mencionados e nas das nações do primeiro mundo, é claro que uma queda nas cotações dos papéis da empresa na Indonésia acabará

se refletindo em todas as Bolsas onde são negociadas as ações da 3M. Quando esta redução ocorre devido a uma crise de superprodução, o mercado espera uma desaceleração das atividades produtivas da 3M que atinge imediatamente as empresas fornecedoras, encolhendo suas vendas e seus lucros. Frequentemente, a exemplo da 3M, as fábricas que integram a cadeia produtiva das telas estão sediadas em diferentes países de onde são importados os insumos necessários para a produção. É por isso que um abalo num dos pontos do sistema capitalista se espalha rapidamente a outros países, provocando uma redução nos índices das Bolsas de Valores.

Se a superprodução fosse um problema apenas para as mercadorias da 3M, sem dúvida, os estragos seriam infinitamente menores e uma simples reestruturação produtiva poderia corrigir as distorções que provocaram a redução na taxa de lucro da empresa. Mas, quando esta situação atinge a maior parte dos setores da economia, a queda da lucratividade das grandes empresas que os lideram provoca uma interrupção do crescimento econômico cujos efeitos, em maior ou menor grau, acabam repercutindo no mundo inteiro por um período de tempo razoavelmente longo. Trata-se de um verdadeiro furacão que assola as regiões onde se formou e espalha sinais de destruição nos lugares mais distantes do planeta. A mesma globalização que, num primeiro momento, proporcionou altíssimas taxas de lucro, hoje contribui para acelerar a marcha do sistema para a crise de superprodução e está diante da necessidade de destruir uma parte de suas forças produtivas como condição essencial para recuperar a lucratividade dos investimentos.

### **A crise das Bolsas e os desafios colocados para o movimento sindical**

Mas, afinal, quais são os principais desafios que as crises nas Bolsas de Valores colocam à ação da classe trabalhadora? Já dis-

semos acima que o valor das ações é orientado pelas perspectivas de lucros futuros da empresa e que as quedas nas Bolsas, seguidas por momentos de turbulência e instabilidade como aqueles que estamos vivendo, anunciam a iminente chegada da crise. Neste momento, o sistema não consegue esconder suas contradições e a crescente pobreza da população, em meio a uma abundância que deverá ser destruída, é um dos aspectos que mais contribuem para alimentar a revolta popular e um sentimento de desconfiança em relação às reais possibilidades do capitalismo vir a proporcionar o bem comum.

Se nossas lideranças tivessem como objetivo a destruição dos mecanismos de exploração e não a simples luta por salários e benefícios na desesperada tentativa de abrandar as conseqüências que a sobrevivência do capital impõe às classes trabalhadoras, perceberiam que a iminência da crise proporciona um ambiente favorável para este tipo de intervenção. De fato, além de alimentar as condições que levam à insatisfação e às possíveis revoltas populares, a crise acirra as tensões entre os próprios capitalistas, preo-

cupados em preservar seus investimentos da queima iminente.

Se neste momento o time dos trabalhadores estivesse preparado para destruir a dominação da burguesia, as chances de vitória seriam muito maiores. Mas, se a sua ação permanecer limitada à defesa do salário, do emprego e dos benefícios, ele acabará incorporando aos seus atos as preocupações da burguesia com a defesa da lucratividade das empresas e com a necessidade dos funcionários se aliarem a seus patrões para vencer a concorrência internacional.

Ao agir nos estreitos limites delineados pelas elites, o movimento sindical acabará legitimando aos olhos dos trabalhadores as duras regras do sistema e proporcionando às classes dominantes parte das condições que possibilitam a superação da fase aguda da crise e abrem caminhos para a sua reciclagem no poder e a consolidação de um regime de exploração ainda mais duro e excludente. O resultado final de sua intervenção será comparável ao papel desempenhado pela mão esquerda do tocador de violino: segurar o instrumento enquanto a direita... toca.

\* Integrante do Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio

# ALCA: a quem interessa este “livre comércio”?

Gilson Luis Reis \*

*“Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam sendo diariamente”.*

*“As relações burguesas de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjuro gigantescos meios de produção e de troca, assemelham-se ao feiticeiro que já não pode controlar as potências infernais que pôs em movimento com suas palavras mágicas. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção e de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio”.*

Os dois enunciados acima estão inseridos no **Manifesto do Partido Comunista**, que completa 150 anos e que na sua feição geral representa de forma bastante atual o comportamento desvairado do sistema capitalista neste final de milênio. O aprofundamento da crise capitalista anunciado a um século e meio por Marx e Engels possuiu entre, outras variáveis, duas componentes importantes: o baixo crescimento econômico das principais nações capitalistas e, concomitantemente à estagnação, uma fantástica evolução das forças produtivas. Esta, aliada aos novos paradigmas da produção e do desenvolvimento tecnológico

(telemática, microeletrônica e robótica), aumentou de maneira extraordinária a produtividade em todos os setores da economia.

Neste estágio de crise do sistema e de desenvolvimento das forças produtivas, surge uma nova “desordem mundial”, configurada pela destruição das economias nacionais, supremacia dos monopólios e disputa entre as nações mais industrializadas e desenvolvidas pelos mercados de consumo globalizados. A privatização do parque industrial, que ocorre de forma acelerada nos países do Leste Europeu e da América Latina, é fruto da política imposta pelo grande capital e por organizações

financeiras internacionais, como o Banco Mundial. Em troca de uma suposta estabilidade econômica, os países dependentes entregam ao setor privado todo o parque industrial desenvolvido e construído nas últimas décadas.

A venda destas empresas segue um receituário comum, com suas conhecidas mazelas: valores muito abaixo do preço real, subdimensionamento do patrimônio, financiamento na compra por bancos oficiais e, por último, formação de monopólios privados. Estes centralizam grande parte das riquezas produzidas no planeta. O poder concentrado nestas transnacionais está representado pelas cifras alcançadas em 1995. As duzentas maiores empresas totalizaram um montante de vendas da ordem de 31.1% do comércio mundial - 7.85 trilhões de dólares.

Os monopólios transnacionais, que têm suas matrizes nos países mais desenvolvidos, detêm um poder político e econômico extraordinário. Eles expandem seus negócios destruindo pequenas e médias empresas de base nacional; fundindo com outras firmas para aumentar o poder e o controle sobre mercado de bens e serviços; desestabilizando economias; desrespeitando regras de mercado; passando por cima de qualquer lei que venha regulamentar minimamente os mercados nacionais.

### **A formação dos blocos econômicos e a disputa pela hegemonia mundial**

A disputa pelos mercados mundiais tem como tendência geral a construção de blocos regionalizados sob a hegemonia dos países de economias mais desenvolvidas - EUA, Alemanha, Japão. Este fenômeno está inserido em três necessidades básicas: crescimento do Produto Interno Bruto, controle sob os países emergentes e domínio econômico, político e militar da região. No entanto, a criação destes blocos apresenta condições de implementação complexas e completamente diferenciadas.

O bloco europeu, sob o domínio da Alemanha, avança na sua consolidação, incluindo a unificação monetária com a criação de uma moeda comum - o Euro. O bloco comandado pelo Japão atravessa um difícil momento, devido à crise nas bolsas de valores e à desvalorização das moedas em quase todos os países da Ásia. Já o bloco hegemônico pelo EUA é um completo desastre econômico e social para o Canadá e o México. Estas duas nações estão vendo suas economias serem destruídas pela enorme diferença tecnológica nos vários setores da pauta comercial. Neste caso específico, o México, que faz fronteira com os EUA, viu nascer em toda a sua extensão de fronteira um muro que separa a prepotência e a arrogância de um lado e a miséria e o abandono do outro.

Paralelamente à formação dos megablocos, surgiram em outras regiões blocos econômicos de menor potencial, mas fundamentais no processo de disputa pela inserção no mercado mundial. O Mercosul, formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, figura neste quadro. Os países que compõem este bloco guardam entre si características sociais, culturais e políticas bastante próximas e com uma capacidade econômica complementar real, tornando-o viável, apesar da diferença macroeconômica do Brasil em relação aos outros países. A tendência do Mercosul é expandir suas fronteiras a toda a América Latina e Caribe, abrindo a possibilidade de ser capaz de impor relações econômicas e políticas mais vantajosas aos interesses dos povos deste continente.

Contudo, a disputa por este mercado regional tomou uma outra dimensão a partir da proposta norte-americana de formação da "Área de Livre Comércio da América" (ALCA). Sua consolidação tem como prazo limite, conforme cronograma já estabelecido, o ano de 2005, quando então circulariam livremente mercadorias e capital financeiro. Imposta de forma autoritária pelo governo dos EUA e assumida pelos governos neoliberais de todos os países da região, esta proposta precisa ser melhor compreendida e analisada pelo mo-

vimento sindical. Ela representa a retomada da política Monroe - "A América para os americanos" - por diversas razões:

1- A posição dos EUA de expandir o NAFTA para todo o continente busca neutralizar a relação que os países de língua portuguesa e espanhola da América mantêm com Espanha e Portugal (acordo Ibero-Americano), que poderia vir a ser a porta de entrada no mercado comum europeu.

2- A economia norte-americana representa 73% do Produto Interno Bruto (PIB) deste possível mercado econômico, o que comprova a grande distância econômica e tecnológica em relação aos outros países que formariam a ALCA.

3- A política internacional dos EUA diante de Cuba continua sendo a do bloqueio criminoso, não respeitando sequer a condição de país pertencente à região, mantendo uma posição de ingerência inaceitável nas questões internas daquela nação.

### **Sindicalismo deve tomar a dianteira na luta contra a implementação da ALCA**

Nos dois últimos encontros de ministros em Belo Horizonte (97) e de chefes de governos em Santiago (98) foi constituído um fórum paralelo (Cumbre de los pueblos), que reuniu entidades sindicais, ambientalistas, indígenas, mulheres, parlamentares e outros. Esta iniciativa representou um importante avanço nas relações políticas entre os vários setores organizados da sociedade civil - que deve se manter vivo e articulado independentemente da ALCA.

Com relação ao movimento sindical, desde a apresentação da proposta dos EUA, várias entidades da região vem se reunindo sob o comando da ORIT (Organização Regional Inter-Americana, vinculada à Ciosl). As resoluções aprovadas neste fórum, entretanto, tem sido

bastante ambíguas. Elas são contrárias ao processo de criação da ALCA da forma que está sendo conduzido. Porém, defendem a participação dos trabalhadores na sua implementação, com a proposta da constituição de um grupo de trabalho para discutir as questões trabalhistas.

O foco da discussão nestas reuniões tem sido desviado para um dilema histórico - se o sindicalismo deve ou não participar de fóruns tripartites -, que, no caso, é secundário. Toda negociação, independentemente da sua natureza e de seus objetivos, deve ser submetida a análise dos interesses em jogo. É bom lembrar que os governantes que defendem a ALCA aplicam em seus países toda a política neoliberal de desregulamentação das relações de trabalho, de destruição das organizações sindicais e de sucateamento das políticas públicas. Diante do exposto, faz-se necessária uma oposição mais contundente das centrais nacionais e também do fórum organizado pela ORIT.

Uma segunda questão é de mérito. No momento em que for criado o grupo de trabalho defendido pelas centrais sindicais, inclusive pela CUT, o sindicalismo estará dando legitimidade à ALCA. O movimento sindical não pode perder a referência e nem dispersar energias nesta hora. É fundamental ter claro que os EUA tentam implementar sua política com base em três questões fundamentais: 1) hegemônizar economicamente toda a região através do Estado e das transnacionais americanas; 2) retomar o crescimento do seu PIB às custas da destruição das economias locais; 3) controlar completamente a região através da repressão militar.

Dizer não à ALCA é urgente e necessário! E essa resposta não pode ficar apenas na esfera sindical. Deve ganhar o conjunto da sociedade, visando pressionar os governos a recuarem definitivamente deste previsível massacre econômico, político e social dos povos caribenho e latino-americano.

\* Dirigente do Sindicato dos Professores da rede particular (Sinpro) de Minas Gerais e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC-CUT)



## Greve e cultura no ABC paulista dos anos 70

Kátia S. Rodrigues \*

Às setes horas da manhã do dia 12 de maio de 1978, os 3.200 metalúrgicos da Saab Scania, uma montadora de veículos instalada em São Bernardo do Campo, bateram o cartão de ponto, vestiram seus macacões e *cruzaram os braços*. A heróica greve, que pegou de surpresa o regime militar e os patrões, é tida como o marco da retomada da luta sindical na fase recente. A partir dela, a classe operária reocupou o seu papel no cenário político brasileiro. Ao comemorar os 20 anos desta paralisação histórica, a *Debate Sindical* publica um artigo diferente, que aborda o trabalho cultural desenvolvido na época como forma de conscientizar e organizar os metalúrgicos do ABC paulista.

Entre os anos de 1971 e 1982, por meio do discurso sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, nos deparamos com os seguintes lugares de luta - sindicato, fábrica, greves e cidade - e, do mesmo modo, com várias estratégias de luta. Fabricado no sindicato,

esse discurso tenta inicialmente viabilizar a organização dos metalúrgicos em defesa de seus interesses no Brasil pós-64. Sobretudo, encontramos importantes estratégias de mobilização que podem ser entendidas como enunciados imagéticos e/ou lugares de luta. Desse

modo, o sindicato, a fábrica, a greve e a cidade iluminam a categoria e a própria classe trabalhadora ao estabelecerem temas caros ao movimento operário - sindicalismo autêntico, liberdade sindical, direito de greve, negociações diretas com os patrões, atividades culturais, para não mencionar a questão da identidade operária em tempos tão bicudos.

Por intermédio do jornal *Tribuna Metalúrgica* (T.M), do Suplemento Informativo e dos inúmeros folhetos, foi possível rastrear o discurso forjado pelas lideranças sindicais nos anos 70. Ao destacar os enunciados imagéticos e os lugares de luta, a fala sindical movimentava por meio desses uma série de estratégias pontuais de resistência operária. Assim sendo, devemos relacionar o esforço na edição e veiculação da TM e do Suplemento, o empenho na tarefa de sindicalização, as campanhas salariais, os congressos operários, a orientação nas leis existentes e o acompanhamento de processos contra as empresas, o incentivo à luta nas fábricas, a preocupação com as atividades culturais (a aproximação entre os operários e os artistas, intelectuais, cineastas), as greves, a inquietação com a “cidade poluída” ou “República São Bernardo”, lembrando a linguagem utilizada pelos trabalhadores ao referirem-se à “cidade operária”. Enfim, um elenco de medidas de mobilização emblemáticas para o enfrentamento no cenário brasileiro das adversidades políticas dos anos 70<sup>[1]</sup>.

Assim, ao folhearmos as páginas da TM observamos não apenas novas falas e imagens políticas, econômicas e sociais dos “*lugares da luta*”. Há também um peso significativo para as atividades culturais. Ou seja, as lideranças sindicais dão uma atenção especial às programações culturais, aos planos de formação sindical e política, aos projetos de renovação da imprensa sindical e às atividades de lazer. É desse tema portanto que pretendo tratar neste artigo.

### A criação do grupo de teatro e as iniciativas de cultura e recreação

Cabe salientar que desde 1971 as lideranças sindicais de São Bernardo vinham desenvolvendo uma preocupação com as atividades culturais. No nº 1 da TM os assuntos estavam dispostos em colunas relativas aos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais. O nome da primeira coluna cultural era “*Recreação e Esporte*”. A tônica estava voltada para o futebol, com a fundação do Grêmio Esportivo Metalúrgico, e para os piqueniques. Em março de 72, ocorre a estréia do “*Bilhete do João Ferrador*” e da coluna “*Recreação, Cultura e Esporte*”<sup>[2]</sup>. Além de futebol e dos passeios, ela procurava explicar os “ *fatos históricos*” para os metalúrgicos. Pode-se ainda enfatizar a preocupação em organizar bailes, cursos e dicas sobre livros, discos e programas de TV.

Em 75, o jornal veiculava um artigo (“*O Teatro Está Perto de Você*”) sobre o Grupo Ferramenta de Teatro, onde ressalta: “É objetivo do nosso ‘Ferramenta’, nosso e também seu, companheiro: difundir a cultura, aprimorar os nossos conhecimentos, dar uma melhor divulgação do Teatro no nosso meio (...) Estaremos sempre pertinho de você: apresentando-lhe algo que você goste, que o distraia, que o descanse e também que faça você pensar (...) Companheiro, você é parte importante de nosso trabalho (...) Para o ‘Grupo Ferramenta de Teatro’ esse trabalho representa uma caminhada, buscando difundir o teatro popular nos meios fabris”<sup>[3]</sup>.

A apresentação do grupo Ferramenta aconteceu na festa da posse da nova diretoria eleita para o triênio 75/78. Entre as várias atividades da posse, festa, show musical e baile, o teatro estava presente. Assim, no dia 20 de abril, na sede do sindicato, o grupo Ferramenta encenou duas comédias de Martins Pena: “*O Caixeiro da Taverna*” e “*Quem casa quer casa*”. O jornal ressalta que a representação foi feita pelo grupo “formado e mantido pelo sindicato, como parte das suas atividades culturais e constituído por associados da entidade”<sup>[4]</sup>.

Como mostra do interesse no campo cultural, trabalho realizado esporadicamente

desde 71, o sindicato de São Bernardo inaugura em 1976 o seu departamento cultural. Ele tem interesse em desenvolver “atividades de cunho cultural e educativo, algumas relativas ao divertimento e outras à luta do dia-a-dia dos trabalhadores”. Para esta finalidade específica, que “constitui uma inovação em termos de atribuições sindicais, nosso órgão de classe destinará uma boa parte dos seus recursos financeiros”. Desse modo, mesmo reconhecendo que o sindicato já vinha desenvolvendo várias atividades, como o grupo Ferramenta, os bailes e a realização de palestras, o esforço é redobrado.

Assim, “sentindo a importância de tudo isso, e com vistas a uma maior ligação com a categoria, resolveu a diretoria criar esse departamento que centralizará todas as nossas atividades culturais e, educacionais e recreativas, com maior possibilidade de desenvolvê-las e, inclusive, de ampliá-las”. Portanto, “todos os fins de semana, você encontrará dentro do seu próprio sindicato os motivos de lazer, assistindo as peças teatrais e filmes selecionados, ouvindo palestras de grande alcance social, assim como participando de cursos sobre sindicalismo e questões trabalhistas”<sup>[5]</sup>.

Em 1977, o sindicato promove um debate sobre horas-extras. Essa estratégia era considerada importante para a discussão da pauta de reivindicações da campanha salarial. Mas não ficou só nisso. Enquanto o sindicato desenvolvia a campanha com os conhecidos recursos tradicionais, outra atividade cultural agitava os trabalhadores. A peça teatral “*Ele Cresce e Eu Não Vejo*”, escrita por Expedito Soares Batista, título aliás inspirado na campanha contra a hora-extra, procurava construir um canal efetivo de acesso aos metalúrgicos<sup>[6]</sup>.

Entre 77 e 78 continuam as investidas culturais. Merece destaque o filme feito para o sindicato, “*Acidentes de Trabalho*”, premiado durante a VI Jornada Brasileira de Curta Metragem, realizada em Salvador (BA). A fita aborda o problema dos acidentes de trabalho do ponto de vista do trabalhador, que é o principal prejudicado e a grande vítima das ocorrências. Nesse sentido, podemos afirmar que

as apresentações teatrais, cursos da escola do sindicato, festas, passeios e bailes pretendiam “sacudir” os trabalhadores.

### **Greve de maio de 78 serve para aprimorar as formas de comunicação com a base**

A greve de 78 e, logo após, o III Congresso dos Metalúrgicos contribuíram também na busca de novas formas de comunicação com os trabalhadores. As resoluções do congresso foram amplamente divulgadas junto aos trabalhadores através de sua transposição para uma “*história em quadrinhos*”, tendo como personagem central o *João Ferrador*, num trabalho de criação de Henfil e Laerte. Esse trabalho serviu também para personalizar ainda mais o *João Ferrador* de “braços cruzados”, ou exibindo o “polegar da vitória”. Desde então, ele passou a ser reconhecido não apenas nos jornais e nos folhetos, mas também aparecendo em camisas, bonés, broches, etc.

Em maio de 79, um grupo de operários reunia-se na sede do sindicato, que há menos de dez dias estava sob intervenção. O grupo pretendia “realizar um trabalho cultural a partir do sindicato, que além de ser uma opção de lazer, pudesse também contribuir no crescimento e avanço da consciência da classe operária (...) O teatro era arma. (...) Formou-se assim o Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (...) Mas não era a primeira vez que esses operários se reuniram para falar de teatro. Alguns já haviam participado do extinto Grupo Ferramenta também do sindicato”<sup>[7]</sup>. Entre seus objetivos, visava “atuar no sindicato, nos bairros e favelas onde moram os metalúrgicos: montar peças mais elaboradas artisticamente e peças mais simples (esquetes) para auxiliar mais diretamente nas campanhas deflagradas pelo sindicato”<sup>[8]</sup>.

Desse modo, as lideranças sindicais, ao promoverem as atividades do departamento cultural e apoiarem as investidas teatrais, procuravam construir laços sólidos com a cate-

goria. A greve de 79, marcada pela intervenção no sindicato, acaba paradoxalmente produzindo um novo “lugar da luta”: o Fundo de Greve. Escaldados com a experiência de 78, os líderes propuseram a sua criação. Dentre as linhas a serem seguidas pelo Fundo pode-se destacar, por exemplo, arrecadar fundos, apoiar outras categorias, promoção de atividades nos bairros para arrecadação, motivar a internacionalização da solidariedade dos povos, efetivar debates dentro das fábricas e nos bairros<sup>[9]</sup>.

Nesse sentido, a partir de 1980, o jornal TM e o Suplemento propagam freqüentemente não apenas os cursos da escola do sindicato, as atividades do departamento cultural e o apoio ao grupo Forja, mas também a importância do Fundo de Greve. Todavia, em 80, houve novamente a intervenção no sindicato de São Bernardo. A partir desse instante, uma violenta repressão se desencadeou sobre o movimento grevista. Bombas, espancamentos e prisões eram rotina.

Após o término da greve de 80, os líderes sindicais cassados continuam dando sua contribuição. Mesmo afastados da entidade, eles procuravam organizar e preparar as lutas mais imediatas. O Fundo de Greve também estava nessa “briga dos diabos”. Distribuindo alimentos e remédios, promovendo uma campanha da associação com distribuição da ficha de inscrição, nas portas das fábricas; vendendo livros produzidos pela Associação e organizando o “Bazar da Pechincha”.

**“A luta continua/para  
vencer o patrão/na rua, na  
fábrica/na hora da diversão”**

Corria o ano de 1981. O grupo de teatro Forja estava apresentando três trabalhos: “Operário em Construção”, baseado em poesias de Vladimir Maiakóvisky, Vinicius de Moraes e Tiago de Melo. E duas peças de teatro de rua: “A greve de 80 e o julgamento popular da Lei de Segurança Nacional” e “Greve do ABC”. As duas últimas eram apresentadas



Helôisa Ballarini/Folha Imagem

nas ruas, praças, na Vila Euclides (Estádio 1º de Maio), ou seja, nos locais onde a diretoria cassada realizava as assembléias da campanha salarial, pois o sindicato estava sob intervenção federal.

Sem “a sua casa”, “sua oficina de trabalho que era o sindicato”, o Forja utilizava o espaço do Fundo de Greve. Com estas peças, “cumpria seus objetivos: 1) fazer um teatro que fosse uma opção cultural, de lazer para os trabalhadores e 2) cumprir a função social do teatro de fornecer subsídios para a reflexão da própria vida e realidade”<sup>[10]</sup>. O Fundo de Greve continuava promovendo atividades das mais diversas para a mobilização dos trabalhadores na campanha salarial de 81. Os bailes eram uma medida freqüentemente utilizada. Serviam para arrecadar fundos, para a troca de experiências de vida, namoros e, quem sabe, até discutir algo sobre a campanha.

Em agosto de 81, a TM saúda a vitória da Chapa 1. A nova diretoria “assume a luta”. A exemplo das anteriores, ela estava afinada com as propostas de um “sindicalismo atuante”. Vale lembrar a palavra de ordem: “A luta continua/ Para vencer o patrão/Na rua na fábrica/

Na hora da diversão<sup>111</sup>. Assim sendo, as novas lideranças apostam também nas iniciativas culturais. Já em outubro ocorrem duas promoções. A primeira foi a apresentação da peça de Plínio Marcos, "Homens de papel". Após o espetáculo ocorreu uma palestra do autor com os presentes. A segunda foi "O ciclo de palestras do Fundo de Greve", com o tema "Sindicato e a luta dos trabalhadores".

Entre novembro e dezembro, ocorrem bailes, palestras, filmes e peças teatrais. Podemos citar o baile "Noite havaiana" (no dia 14-11-81) e a exibição nos cines de São Bernardo, Santo André e em São Caetano do filme de Leon Hirszman: "Eles não usam Black Tie". Outro filme que também teve destaque foi "Os Libertários". A história da luta da classe operária nos anos de 1900 a 1920, ou seja, a história de São Bernardo até às greves pôde ser vista na peça "São Bernardo, Ensaio Geral", apresentada no sindicato. Não podemos esquecer os outros bailes que ocorreram, apresentados pelo conjunto de Roberto Ferri ou pelo MPB Trio<sup>112</sup>. Entre fevereiro e maio de 82, o Suplemento estará repleto de atividades culturais. A começar por um show-baile e pelos bailes de carnaval.

Uma iniciativa do departamento cultural, amplamente divulgada, foi a exibição do filme de Renato Tapajós, "Linha de Montagem". Ele trata das greves de 79 e 80 em São Bernardo do Campo e Diadema. Um filme histórico que mostra as grandes assembléias no Estádio 1º de Maio, as prisões, as intervenções, as brigas com a polícia nas ruas. Na pré-estréia, na sede do sindicato, estavam presentes Luís Inácio da Silva, Renato Tapajós e Chico Buarque, autor da música do filme<sup>113</sup>.

Desse modo, pode-se perceber que as lideranças de São Bernardo, ao mobilizarem a categoria, instituem uma fala calcada em enunciados e imagens operárias que apontam para a própria classe trabalhadora. As atividades propostas no sindicato, na fábrica, na greve e na cidade sugerem o empenho em transpor o universo dos "homens de macacão". Ao unir política e cultura, os dirigentes inovam no discurso e na prática do movimento

operário dos anos 70. Assim sendo, ao visitar o sindicato de São Bernardo, encontrei estratégias, imagens, métodos e alvos da luta política e cultural.

### Trabalho cultural ajudou a incorporar os "lugares de luta" à ação do sindicato

Sobretudo, podemos identificar um discurso de "apelo operário" - lembrando a expressão de G. Bollème, destinado à classe trabalhadora. Ao estabelecer esses enunciados e imagens operárias, entre os anos 71/82, as lideranças sindicais de São Bernardo buscam legitimar suas lutas e determinar novos padrões no movimento operário. No meu entender, podemos acompanhar nos anos seguintes não apenas a consolidação dos enunciados imagéticos, mas também a instituição de novas imagens, metáforas, estratégias e um certo vocabulário.

Assim sendo, entre os anos de 83-84, os líderes sindicais de São Bernardo continuaram apostando todas as suas fichas nas campanhas salariais, nas notícias das fábricas, nos debates, nas histórias em quadrinhos, nos cursos de formação sindical, nos filmes, nas festas, no IV Congresso, nos shows, no *João Ferrador* e no *Sombra*. Mesmo com uma nova intervenção no sindicato (em 1983), as várias atividades propostas serão levadas adiante.

Entre 84 e 88, podemos acrescentar outros enunciados imagéticos: as atividades do grupo Forja, os bailes do sindicato, do Fundo de Greve e da CUT, novos jornais, campanhas salariais, o V Congresso da categoria; e também os primeiros planos sistemáticos de organização do trabalho de base<sup>114</sup>. Cabe mencionar as novas estratégias estabelecidas pelo discurso sindical: 1) Planos e metas para as equipes do trabalho de base; 2) Grupo de fábrica nas empresas com mais de 200 funcionários; 3) CIPAS; 4) Comissões de Fábrica; 5) Sindicalização; 6) Cursos, atividades culturais e TVT; 7) Imprensa; 8) Saúde; 9) Mulheres; 10) Fundo de Greve e, 11) Militância Geral<sup>115</sup>.

Não há dúvida, ao designar os enunciados imagéticos - sindicato, fábrica, greve e cidade - que as lideranças de São Bernardo procuraram construir e incorporar esses "lugares da luta" à fala sindical. Não esquecendo de redimensionar esses enunciados imagéticos possibilitando novas imagens do movimento operário. Dois exemplos desta afirmação que podem ser apontados são a experiência pioneira da TVT - TV dos Trabalhadores, nascida em 1986, e a montagem de uma Rádio dos Trabalhadores, entre 92/93.

Ao examinar o discurso sindical dos metalúrgicos foi possível compreender a singular experiência vivida na década de 70. Especialmente, que a concepção de uma história do movimento operário forjada em moldes, regras e normatizações tradicionais, necessita de um fustigamento constante por parte dos pesquisadores. Nesse sentido, tentei evidenciar ao longo desse artigo que a história desses trabalhadores está mais para uma comparação com um caleidoscópio do que com uma régua.

Assim sendo, entre 71/82 encontramos uma experiência operária significativa e determinante para os anos posteriores. Por meio de um discurso homogeneizador da "classe trabalhadora", as lideranças sindicais apostam na possibilidade da libertação de uma sociedade de classes. Como afirma Eric Hobsbawm, numa passagem bastante elucidativa: "apesar do fato de nossas gerações terem sofrido do capitalismo uma lavagem cerebral para acreditar que a vida é o que o dinheiro pode comprar (...), uma sociedade que força cada indivíduo ou cada grupo a cuidar de si próprio e não se importar com o resto (...) dentro de cada trabalhador existe um ser humano tentando se libertar"<sup>161</sup>.

## NOTAS

- 1- Essas questões foram tratadas de forma abrangente na minha tese de mestrado. Ver *Era uma vez em São Bernardo* (O Discurso Sindical dos Metalúrgicos 1971/1982). Unicamp, 1995.
- 2- Consulte *TM*, nº 1, 1971, e *TM*, nº 8, 1972. É importante observar que o personagem *João Ferrador* será uma tentativa de aproximação com a categoria. O "Bilhete do João Ferrador" inicialmente não vem acompanhado de caricatura. O desenho - que aparecerá nos números posteriores - representa um

trabalhador de boné, escrevendo um bilhete.

3- *TM*, n. 28, 1975

4- *Idem*

5- "Um departamento para aumentar a cultura dos nossos associados". *TM*, nº 36, 1976. Outra iniciativa cultural promovida pelo sindicato foi a comemoração do 1º de maio de 1976. Em primeiro lugar, apresentou-se o "Jogral 1º de maio" composto por elementos do Grupo Ferramenta de Teatro e, em segundo, foram conhecidos os resultados do concurso realizado entre os alunos do curso de madurez. Maiores detalhes ver Rainho, L. F. e Bargas, O.M. *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)*. Vol. I, São Bernardo do Campo, F.G., 1983.

6- Uma seleção dos trechos mais importantes da peça teatral "Ele Cresce e Eu Não Vejo" pode ser encontrada no livro de Celso Frederico, *A Vanguarda Operária*. São Paulo, Símbolo, 1979. Cabe salientar que o autor da peça, Expedito S. Batista, na época trabalhava como controlador de qualidade junto à linha de montagem de uma indústria automobilística. Maiores detalhes da campanha salarial de 77, ver Rodrigues, Kátia S. *Era Uma Vez em São Bernardo*.

7- Urbinatti, Tin. "Pensão Liberdade: Uma Criação Coletiva". Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. *Pensão Liberdade*. São Paulo, Hucitec, 1981.

8- *Idem*. Maiores detalhes das greves de 78 e 79, ver Rodrigues, Kátia S. *Era Uma Vez em São Bernardo*.

9- "Cópia do Estatuto", mimeo, 28-8-80. No texto "Caráter e Linha". mimeo, 05-7-80, cabe ainda frisar três itens que considero de fundamental importância: "Politicamente manter objetivos de um trabalho na linha de uma prática de sindicalismo livre; Combater na prática o sindicalismo atrelado, fortalecendo a organização dos trabalhadores na fábrica e nos bairros; A Associação tem autonomia em relação ao sindicato, combatendo a estrutura atrelada e defendendo uma política sindical independente".

10- Urbinatti, Tin. "Pesadelo: Um Processo de Dramaturgia." Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. *Pesadelo*. São Paulo, Hucitec, 1982.

11- *Suplemento Informativo dos Metalúrgicos*, 16-6-81. Ver ainda *T.M.*, nº 61, 1981.

12- *Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica*, de novembro e dezembro de 1981. Cabe citar o artigo de Luís Carlos Merten, "A vitória do ponto de vista operário". Nele, o autor examina de Eisenstein (de "A Greve") ao sucesso do brasileiro "Eles não usam Black-Tie." Desse modo, salienta uma análise da afirmação do cinema ideológico para grandes platéias. Ver *Coojornal*, nº 68, 1981.

13- Consultei o *Suplemento* entre os meses de fevereiro e maio de 1982 e o filme "Linha de Montagem" (1982). A dupla Olga Futemma e Renato Tapajós tem vários documentários: "Fim de Semana" (76), "Acidentes de Trabalho" (77), "Trabalhadoras Metalúrgicas" (78), "Um Caso Comum" (78), "Teatro Operário" (79) e "A Greve de Março" (79). Um debate com esses e outros cineastas sobre as lutas operárias pode ser encontrado em "A Greve no Cinema." In: *Escrita Ensaio*, nº 7, São Paulo, abril de 1980.

14- Consultei o *Suplemento* entre os anos de 1984 e 1987. Ver ainda *Jornal dos Trabalhadores da Brastemp*, nº 1, dezembro, 1984; *Jornal da Comissão* (Brastemp), nº 1, março, 1985; *T.M.*, entre 1987 a 1988 (cabe frisar que nesse período o jornal passou a ter uma circulação diária); e "Trabalho de Base: Plano Global de Organização e Formação", São Bernardo do Campo, maio, 1988, mimeo.

15- "Trabalho de Base: Plano Global de Organização e Formação." *Op. cit.*

16- Hobsbawm, Eric J. "A Década de 70: sindicalismo sem sindicalistas?" In: *Mundos do trabalho. Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\* Professora do departamento de história da Universidade Federal de Uberlândia e doutoranda do curso de história social do trabalho da Unicamp/SP. Autora do livro (no prelo) *Era uma vez em São Bernardo*, Coleção Tempo e Memória, Editora Unicamp

Agência Estado



## “68 operário” - as greves de Contagem e Osasco

Augusto Buonicore \*

Quando se fala em 1968 pensa-se automaticamente no grande movimento de contestação juvenil que tomou as ruas das principais cidades da França, Alemanha, Estados Unidos, Praga e Brasil. Mas não houve apenas um “68 estudantil”, embora este tivesse tido maior força e visibilidade. Existiu também, ao lado deste, um “1968 operário”. Na França, ele apresentou-se com toda sua pujança na grande greve geral realizada no mês de maio. No Brasil, o “68 de macacão” teve dois momentos marcantes, que foram as greves de Contagem e de Osasco.

O movimento sindical brasileiro havia sofrido uma grande derrota política em março de 1964. O golpe militar não só significou a intervenção violenta nos sindicatos e a exclusão das direções mais combativas, como também colocou em xeque a visão reformista imperante no sindicalismo brasileiro. Uma visão que tinha no PCB e no PTB seus principais representantes. No plano organizacional, a po-

lítica reformista acabou por induzir a práticas cupulistas, desvinculadas das bases operárias. O PCB subestimou a organização de base, supervalorizando as alternativas institucionais, os acordos de cúpulas entre as federações e entre elas e o governo. O golpe pegou a classe operária despreparada e sem condições de impor maiores resistências.

A ditadura imediatamente impôs uma série

de leis visando impedir a organização e a luta das classes trabalhadoras e passou a construir a sua política econômica assentada no arrocho salarial e na redução dos direitos sociais. Seguiu-se então um período de refluxo das lutas operárias em nosso país. Por isso, as greves de Contagem e de Osasco se tornaram marcos importantes da história das lutas da classe operária brasileira. Elas alimentaram a esperança de milhões de trabalhadores que viviam esmagados pelo arrocho salarial e pela repressão política. Neste pequeno relato histórico, abordaremos a paralisação em Osasco. Sobre a greve em Contagem (MG), leia a entrevista com Vital Nolasco, um dos líderes daquele importante movimento.

### **Conjuntura e organização na base colocam Osasco no olho do furacão**

As greves de 1968 só podem ser plenamente entendidas nos marcos da crise que o regime viveu naquele ano. O novo governo militar que assumiu em 1967, presidido pelo general Costa e Silva, começava acenando com a possibilidade de uma “abertura política”. Rapidamente, aproveitando-se das pequenas brechas abertas pelo regime e da crise econômica que se agravava, a oposição liberal-democrática (Frente Ampla e o MDB) e a oposição popular, principalmente vinda de setores das classes médias radicalizadas, retomam a ofensiva política. Crescem as manifestações de rua lideradas pelos estudantes e a imprensa passa a criticar mais abertamente os militares. Estava assim criado o caldo cultural que possibilitaria a emergência do movimento operário.

A história da greve começa com a vitória da chapa de oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, ocorrida em janeiro de 1967. A oposição liderada por José Ibrahim havia se formado à partir da combativa Comissão de Fábrica da Cobrasma. A campanha oposicionista foi assentada numa dura crítica ao regime militar, principalmente à sua política

econômica. Os pontos principais do seu programa eram: defesa da liberdade sindical; luta contra a política de arrocho salarial; pelo contrato coletivo de trabalho; constituição de comissões de fábricas. Do programa não constava nenhum item sobre a necessidade de manter ou ampliar os serviços de assistência social oferecidos pelo sindicato. Esta era uma novidade até para o movimento de oposição sindical.

A nova diretoria abriu um amplo processo de participação operária nas decisões do sindicato. As assembleias gerais debatiam e decidiam todos os aspectos da vida sindical. Estabelecia-se uma espécie de democracia direta no sindicato em que os todos os conflitos na diretoria eram dirimidos pelos próprios trabalhadores reunidos em assembleia. Se existia um lado positivo nesses métodos democráticos de direção, existiam também os riscos de se cair num certo espontaneísmo, no qual a diretoria sindical eleita perde todo o seu papel enquanto direção efetiva do movimento.

Ainda em 1967 era formado o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), uma frente sindical hegemônica por sindicalistas conservadores e pelo PCB. O único sindicato que estava nas mãos da oposição sindical era o de Osasco. Por isso, sua postura destoava das demais diretorias e isto foi o estopim de vários conflitos. Já na assembleia de formação do MIA, realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, um grupo de operários trazido pelas oposições e estudantes exigiu que José Ibrahim usasse a palavra. Na ocasião, ele protestou contra a proposta de que só deveriam ter o direito à palavra os diretores sindicais. A terceira assembleia do MIA ocorreu em Osasco. Dela participaram ativamente os estudantes, que tiveram direito à palavra e de serem representados na mesa, contra a vontade de parte significativa dos sindicalistas tradicionais.

Uma grande parte das lideranças da MIA desejava que o movimento contra o arrocho se reduzisse a uma articulação de cúpula das direções das federações e dos sindicatos, sem a mobilização dos trabalhadores. Temia que

a radicalização do movimento operário pudesse significar uma nova onda de intervenção nos sindicatos. A diretoria de Osasco e as oposições sindicais, pelo contrário, acreditavam que só com a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e a mobilização poderiam derrotar a política de arrocho salarial. As posições arredias do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco custaram-lhe uma suspensão de 15 dias de seu mandato.

O MIA acabou se dissolvendo no início de 68 e foi formada então uma comissão para preparar o 1º de Maio. Esta logo se dividiu entre os que defendiam convidar representantes do Ministério do Trabalho e do governo e aqueles que rejeitavam radicalmente tal proposta. O governador de São Paulo, Laudo Natel, acabou sendo convidado pelos organizadores do ato. Tal posição foi duramente combatida pela diretoria de Osasco, pelas oposições sindicais e, principalmente, pelas lideranças estudantis, que estavam no auge de sua mobilização contra a ditadura militar. A esquerda preparou então uma contra-manifestação do 1º de Maio. O resultado foi um grande conflito na praça da Sé, no qual os operários e os estudantes puseram para correr à pedradas o governador e os sindicalistas ministerialistas e realizaram a sua própria manifestação.

**Cobrasma é o estopim da greve; governo transforma a cidade em campo de guerra**

O ambiente já estava bastante aquecido em Osasco quando em 16 de julho irrompe a greve na Cobrasma. Mais de 2 mil trabalhadores iniciaram o movimento de ocupação da fábrica e tomaram 15 engenheiros e 30 chefes de serviços como reféns. Este ato visava impedir uma ocupação policial da fábrica. No mesmo dia, paralisaram as empresas Barreto Keller, Osran, Braseixos, Lonaflex e a Fósforo Granada. Paralisam parcialmente as firmas Eternite e Cimaf. Os boletins eram assinados

pelos grevistas e não pela diretoria do sindicato. A idéia era dificultar a intervenção do governo.

Mal havia começado a greve, e os representantes da DRT já se dirigiram a sede do sindicato para propor uma mesa redonda sobre as reivindicações dos grevistas. Mas, diante dos delegados, José Ibrahim afirma que não estava autorizado a discutir as propostas dos grevistas pois a greve não havia sido chamada pelo sindicato. Então, representantes do sindicato e da DRT se dirigem a assembléia dos operários da Cobrasma dentro da empresa.

A manobra da diretoria do sindicato não funcionou. O ministério de há muito sabia de suas posições radicalizadas. Este não era o mesmo caso da greve de Contagem, onde, efetivamente, a diretoria do sindicato nada tinha a ver com o desencadeamento da greve e qualquer intervenção teria sido infrutífera para acabar com o movimento. A ditadura também não estava disposta que ocorresse em Osasco o mesmo que ocorrera em Contagem, onde uma greve localizada se expandiu espontaneamente e acabou impondo fissuras na política salarial do regime. O governo já havia dado um abono salarial emergencial em junho para todos os trabalhadores, fruto da pressão sindical e da greve de Contagem. Não haveria mais concessões.

A eclosão de greves simultâneas em cinco empresas da região metropolitana mais industrializada do país parecia uma ameaça real ao regime. O espectro da união da rebelião estudantil com das greves operárias inquietava vários setores das forças armadas. Era preciso evitar o caos. Desta vez, os militares estavam mais preparados e a situação política caminhava rapidamente para o fechamento. O governo interveio rapidamente no sentido de por um fim ao movimento. Não haveria mais negociação e os operários deveriam se submeter, sem condições, as ordens do Ministério do Trabalho. A tropa de choque da Força Pública, com apoio do DEOPS, ocupa a cidade e coloca barreiras nas entradas e saídas do município. Osasco estava agora cercada.

No mesmo dia, a DRT decreta a ilegala-

lidade da greve e na calada da noite tropas cercam e ocupam a Cobrasma. Os brucutus derrubam as barricadas construídas pelos operários. As luzes são desligadas pelos grevistas e a luta passa a ser travada no escuro das oficinas. Mais de 300 operários são detidos durante a ocupação e cerca de 60 permaneceriam presos para averiguações. Entre os presos estava o principal líder operário da fábrica, José Campos Barreto, que morreria alguns anos depois assassinado no interior da Bahia ao lado do capitão Carlos Lamarca. No dia 27 é decretada a intervenção no sindicato e a sua sede é ocupada pela polícia. Parte da diretoria cai na clandestinidade. A greve ainda duraria até o dia 29, quando os últimos grevistas, pressionados pelos patrões e pela polícia, voltam ao trabalho. A primavera operária de 68 chegaria ao fim, mas deixaria algumas sementes que voltariam a germinar 10 anos depois nas grandes greves do ABC.

### **Um balanço crítico da greve que deixou sementes no movimento operário do país**

A greve de Osasco foi uma das páginas heróicas da luta dos operários brasileiros contra a opressão. Mostrou que na complexa conjuntura de 68 os operários também tinham algo a dizer. Mas revelou também os limites da política adotada pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos. A diretoria era fortemente influenciada por correntes políticas clandestinas, que apostavam todas as suas fichas na luta armada e não compreendiam o verdadeiro papel da luta de massas e nem a real correlação de forças existente na sociedade brasileira no final daquele ano.

A própria data de deflagração da greve e os métodos de luta empregados refletem o voluntarismo militarista destas organizações. A greve inicialmente estava planejada para novembro, quando da campanha salarial unificada dos metalúrgicos do Estado, mas a pressão de setores da categoria, alimentados pela

própria propaganda sindical, e a pressa de alguns dirigentes precipitaram os acontecimentos. Existia a ilusão de que o movimento grevista de Osasco poderia rapidamente se espalhar por outras regiões antes que a repressão pudesse desarticulá-lo.

O próprio método de ocupação da fábrica, naquela conjuntura, já revelava certas concepções militaristas. A ocupação teve o apoio da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que forneceu homens armados para proteção dos grevistas, caso houvesse resistência por parte dos seguranças da empresa. A ocupação de uma fábrica, numa conjuntura marcada por forte repressão militar e na qual o movimento operário ainda estava vivendo uma fase defensiva, não era o método de luta mais correto a ser empregado. Tal atitude facilitaria o isolamento da vanguarda operária, o mapeamento de suas forças e, por fim, a própria repressão ao movimento.

Alguns anos mais tarde, o próprio José Ibrahim afirmaria: "Nossa concepção era de guerrilha rural. A maioria de nós tinha a ambição de sair do movimento operário para fazer guerrilha no campo. Minha vontade, por exemplo, era partir para formas mais avançadas de luta ... o problema era aguçar o conflito, transformar a crise política em crise militar. Daí vinha nossa concepção insurrecionista da greve: levar a massa através de uma radicalização crescente a um confronto com as forças de repressão. Era uma visão militarista aplicada ao movimento de massas".

Apesar dos possíveis erros de sua direção, a greve de Osasco mostrou que, mesmo numa conjuntura de repressão, era possível manter a organização e um certo nível de mobilização da classe operária. As greves de Contagem e Osasco demonstraram que a prática dos pelegos e dos reformistas colaborava efetivamente para a desorganização da classe operária, colocando-a a reboque da oposição burguesa ao regime. Mostraram a possibilidade do desenvolvimento de outras alternativas que melhor correspondessem aos interesses imediatos e históricos da classe operária.

\* Historiador, doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP e membro do Conselho de Redação da *Debate Sindical*

## A GREVE ORGANIZADA DE CONTAGEM

O operário Vital Nolasco, ex-vereador de São Paulo e membro da direção nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi um dos integrantes do comando de greve dos metalúrgicos de Contagem e Belo Horizonte em 1968. Na época, era ativista da Juventude Operária Católica (JOC) e simpatizante da Ação Popular (AP). Portanto, mais do que uma "testemunha ocular da história", ele foi um dos personagens daquele "1968 operário" no Brasil.

*Quais as origens desta primeira grande greve operária contra a política de arrocho salarial da ditadura ocorrida em abril de 1968?*

Vital Nolasco: A greve foi fruto de um longo processo que se inicia antes de 1964. Após o golpe militar, várias lideranças sindicais foram cassadas, presas e banidas do país, mas restou alguma coisa organizada dentro das fábricas. Isto é que permitiu a reorganização da oposição e a retomada das mobilizações em 1968. Em 1967, ocorreu a eleição da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem e Belo Horizonte. A oposição montou uma chapa encabeçada pelo operário da Mannesman Ênio Seabra. A Delegacia Regional do Trabalho (DRT) tentou cassar o seu registro. No entanto, a oposição conseguiu uma liminar na Justiça que lhe permitiu concorrer ao pleito.

A categoria deu a vitória a chapa presidida por Ênio Seabra, mas ele e alguns diretores foram impedidos de tomar posse devido à intervenção do Ministério do Trabalho. Depois do expurgo, acabaram assumindo a diretoria companheiros que ainda não tinham aquela liderança e mesmo aquele comprometimento com a luta dos trabalhadores. Este era o caso do presidente que assumiu no lugar do Ênio, um operário chamado Santana. Mas, no conjunto da diretoria, havia também companheiros bastante combativos, a exemplo da secretária-geral chamada Conceição, que posteriormente seria presa, torturada e banida do país.

Na prática, a intervenção não desarticulou

o movimento. Os diretores que foram impedidos de assumir continuaram atuando ativamente dentro das fábricas, organizando os trabalhadores. Além disso, naquela época, nós tínhamos grupos de trabalhadores organizados nas grandes empresas.

*Alguns autores, como Francisco Weffort, subestimam o papel da esquerda na greve de Contagem. Afinal, a esquerda teve ou não expressão no movimento?*

As afirmações de Weffort não procedem, pois existia uma forte esquerda sindical atuando em Contagem. A Ação Popular, por exemplo, era força hegemônica na comissão de fábrica da Mannesman e esta era a maior empresa da cidade. Ali, inclusive, criou-se um jornal de massas chamado "Companheiro", que era muito lido pelos trabalhadores, especialmente pelos trabalhadores da oficina central, onde se reunia o pessoal mais especializado. O próprio Ênio Seabra era militante da AP, juntamente com o Mário Bento, que era uma outra grande liderança operária da região. O primeiro era liderança em Contagem e o segundo em Belo Horizonte. Existiam também outras correntes organizadas na categoria, como a POLOP e o PCBR.

*A maioria dos estudiosos também afirma que a greve de Contagem foi espontânea. Isto corresponde a realidade?*

Estas afirmações também não correspondem inteiramente a verdade. A greve de abril de 1968 foi apenas em certo sentido espontânea. Digo "em certo sentido" pois houve durante este período um trabalho prévio de conscientização e organização dos trabalha-

dores. Ela já estava sendo preparada pela esquerda sindical e de repente criaram-se as condições favoráveis e eclodiu o movimento. Todos sabiam que ele ocorreria, só não sabiam exatamente a data e nem onde se iniciaria. Somente neste sentido ela foi espontânea. Ou seja, ela não surgiu do nada. Repito: ocorreu todo um trabalho de preparação prévia, inclusive com os jornais das fábricas e as assembleias do sindicato.

Foi se criando aquele clima favorável à greve e o movimento acabou abortando. Possivelmente por precipitação de algumas das organizações clandestinas presentes nas fábricas de Contagem. Mas a greve não teria sobrevivido se não tivesse raízes, se ela não tivesse a organização de base nas fábricas, especialmente naquela época de ditadura. Se não houvesse uma organização no local de trabalho e o apoio massivo dos trabalhadores, esta greve não teria se mantido.

A greve começou em 16 de abril numa seção da companhia Belgo-Mineira. Os operários exigiam um reajuste de 25% e os patrões ofereciam apenas 10%, que deveria ser descontado na próxima data-base. Os operários adotam então como forma de pressão a ocupação da fábrica. Poucos dias depois, paralisaram os operários da Mannesman. Durante o movimento, dezenas de empresas entrariam em greve, envolvendo cerca de 20 mil trabalhadores.

*Quais foram as medidas adotadas pelo governo para conter a greve?*

Primeiramente, a DRT decretou a sua ilegalidade e o ministro do Trabalho, na época o Jarbas Passarinho, deslocou-se para Contagem para ameaçar os grevistas. Ele chegou a participar de uma assembleia dos operários na qual afirmou que eles, do governo, “não queriam usar as máquinas de fazer cadáveres, mas que eles tinham estas máquinas e poderiam em alguma eventualidade até usá-las”. Neste momento, o Ênio Seabra, que seria eleito presidente do comando de greve, pediu a palavra e respondeu: “Se eles têm as armas de fabricar cadáver, nós tínhamos quem produzia as máquinas e quem maneja as máquinas e

por isso quem deveria se preocupar era ele, o ministro”. Em plena ditadura, um ministro militar acabou sendo vaiado pelos operários em greve.

*E a diretoria do sindicato, como se comportou durante o movimento?*

Em certo sentido, o sindicato não ficou totalmente alheio ao movimento. As assembleias gerais ainda eram realizadas dentro da sede. Era a diretoria que convocava as assembleias. Existiam, inclusive, pessoas de esquerda na diretoria sindical. A secretária geral era do PCBR e havia outros diretores ligados a esta corrente. Se, de um lado, a diretoria não tinha uma postura mais agressiva para organizar e mobilizar os trabalhadores, por outro lado, não impedia que isso fosse feito pelos militantes de base. Os diretores sindicais não poderiam ser considerados pelegos ou deduzidos, características tão comuns dos sindicalistas daquele período.

*Mas qual foi o resultado e quais foram as lições da greve de abril de 1968?*

Em primeiro lugar, é preciso constatar que a greve de abril foi uma greve vitoriosa. Ela garantiu 10% de aumento, que não seria descontado na data-base como queriam os patrões. Esta foi a primeira grande vitória contra a política de arrocho salarial imposta pela ditadura. O reajuste acabou sendo estendido para todos os trabalhadores brasileiros. A greve só terminou com a ação repressiva da polícia e dos patrões, mas esses não conseguiram destruir o espírito de luta e a organização da categoria, que saíram ainda mais reforçados depois da greve vitoriosa.

Depois da greve, nós fizemos uma avaliação dos problemas encontrados durante este processo. Resolvemos expandir e melhorar a organização em outras seções da Mannesman, já que a greve tinha ficado reduzida apenas a oficina central; resolvemos intensificar o trabalho de organização em várias outras empresas e começamos a trabalhar para a campanha salarial de outubro.

*E a greve de outubro?*

Depois de abril, iniciou-se todo um processo de preparação da nova greve, que de-

veria eclodir na nossa data-base. Desta vez, queríamos ter um melhor controle sobre o processo. Efetivamente este foi um trabalho que rendeu frutos. A nova greve eclodiu em outubro de 1968. Mas existia naquele momento uma certa visão romântica; acreditávamos firmemente que com aquela greve nós iríamos derrubar a ditadura. Portanto, um certo voluntarismo também orientou a mobilização de outubro.

Montamos dois comandos de greve: um em Belo Horizonte e outro em Contagem. Por razão de segurança, esses comandos não se reuniam conjuntamente. A greve foi decretada a partir de Contagem e teve adesão dos operários de Belo Horizonte. Paramos inicialmente as fábricas da Cidade Industrial em Contagem e realizamos greves de ocupação. No primeiro dia, ocupamos a Mannesman, mantivemos toda a diretoria da empresa como refém. A partir daí, iniciou-se um duro processo de negociação. Com a fábrica cercada por tropas da polícia, negociamos a libertação da diretoria da empresa em troca de não haver repressão aos ocupantes.

Mas, neste meio tempo, a repressão começou a passar contra-informações visando diminuir a resistência dos ocupantes. Tínhamos um pessoal bem preparado, mas a maioria dos operários não estava preparada para tal tipo de ação. Uma série de boatos começou a circular sobre a vida das famílias dos operários. Diziam que a filha de um tinha adoecido, que a mulher de outro estava preocupada e assim por diante. A partir daí a fábrica foi reduzindo o número de ocupantes, até que a ocupação ficou restrita basicamente à oficina central. Houve então uma repressão violenta.

Mesmo após a desocupação da Mannesman, a greve continuou. Mas um incidente determinou o curso da greve de outubro em Contagem. O comando de greve resolveu realizar uma reunião de avaliação do movimento em um bairro periférico, montou-se todo um esquema de segurança. Mas o esquema falhou e a polícia descobriu onde se realizava a reu-

nião e prendeu todo o comando de greve de Contagem. Não se sabe se ocorreu infiltração policial, mas os primeiros a serem presos foram justamente os vigias. Neste dia foi presa a principal liderança da greve, que era Ênio Seabra.

*O desmantelamento do comando de greve de Contagem representou o fim da greve?*

Não o fim, mas o começo. Mais de mil trabalhadores foram demitidos e acirrou-se a repressão. A greve continuaria ainda por algum tempo em algumas fábricas esparsas. Nós nos vimos diante de um quadro dramático: as direções do movimento presas e milhares de desempregados. Foi então que articulamos, juntamente com setores da igreja local, os chamados comitês de solidariedade aos trabalhadores demitidos e através das comunidades dos bairros conseguimos fazer o levantamento de todos os demitidos. Formamos comissões para visitar esses trabalhadores, levar-lhes cestas básicas, remédios e os produtos de primeiras necessidades. Foi um trabalho interessante, que garantiu, algum tempo depois, a retomada do movimento operário e sindical na região.

Para concluir, gostaria de afirmar que na minha opinião a greve de outubro foi ainda maior que a anterior. Na greve de abril, a Mannesman não chegou a parar totalmente e ela se reduziu a Cidade Industrial em Contagem. Em outubro parou tudo, parou Contagem e Belo Horizonte, e inclusive atingiu as pequenas empresas da região. Acredito que ela foi a maior e mais longa greve do período, mas não foi muito divulgada devido à rígida censura dos meios de comunicação.

Após o Ato Institucional número 5, promulgado em dezembro, a repressão foi atrás dos padres e das organizações da igreja que, de uma forma ou de outra, apoiaram o movimento grevista. Neste período, muitas lideranças foram presas ou obrigadas a entrar na clandestinidade. Encerrava-se assim mais uma página da história do movimento operário brasileiro.

# Reestruturação em curso enterrou o taylorismo?

Oswaldo Bertolino \*

**Quando o escocês James Watt patenteou a primeira máquina a vapor, em 1769, ele inaugurou uma nova etapa na história: a corrida para a construção de máquinas e a elaboração de processos de trabalho cada vez mais eficientes. Desde então, essa corrida vem subvertendo as condições sociais e criando novos elementos para uma das contradições fundamentais do capitalismo: a relação conflituosa entre trabalho e capital.**

Produzir mais produtos do que empregos tem sido a regra básica das inovações tecnológicas adotadas num ciclo industrial que abrange três fases fundamentais: a criação das máquinas a vapor, que foram substituídas por outras movidas a eletricidade e a óleo diesel e que agora estão dando lugar à utilização maciça de computadores e softwares. Os ganhos de produtividade e o poder destrutivo de postos de trabalho em cada fase do desenvolvimento tecnológico no capitalismo acirram a contradição entre o trabalho e o capital e elevam a temperatura das relações de produção.

Essa regra básica ganha um conteúdo mais dramático diante da atual revolução tecnológica, vista por alguns especialistas como muito mais complexa do que as anteriores. A chamada revolução do silício, iniciada com o primeiro microprocessador que apareceu há apenas 27 anos, já provocou mudanças no mundo do trabalho que ainda não foram devidamente quantificadas pelo movimento sindical. Se todos os computadores parassem

de funcionar neste momento, o mundo entraria em colapso. Indústrias, telefones, faxes, automóveis, metrô, trens, televisores, relógios, bolsas de valores ... enfim, quase tudo hoje depende do microprocessador para funcionar.

Em um artigo recente, a revista norte-americana *Forbes* lançou a advertência de que "as revoluções nunca são limpas e ordenadas - sempre envolvem derramamento de sangue". De fato, não se pode prever com precisão quais os desdobramentos das novas bases sociais criadas pelo desenvolvimento da maquinaria. Mas é possível prognosticar, com base nas transformações tecnológicas e nas contradições do capital, o início de uma nova era de conflitos sociais cujo desenrolar pode levar a humanidade para o progresso ou para a catástrofe.

Uma boa parte do proletariado, que no século passado enfrentava jornada de trabalho de até 16 horas em galpões pestilentos e não raro era chicoteado pelos contramestres, está sendo transferida para fábricas e escritórios

modernos - sobretudo nos países com economias avançadas. Atualmente a porção que vem conseguindo manter-se empregada diante do fluxo de inovações tecnológicas opera equipamentos em instalações que há alguns anos lembrariam os laboratórios da Nasa. Mas a maior parte do proletariado está sendo mandada de volta para casa, normalmente situada nas periferias servidas por infra-estrutura precária.

Sem perspectiva para o futuro e sem meios de sobrevivência, essa massa desnorteada não ficará inerte à espera de que uma solução para as suas vidas caia do céu. Possivelmente ela está formando um pólo considerável de combate às injustiças do capitalismo. Construir a ponte que ligará essa massa com a porção do proletariado empregada parece ser o grande desafio do momento. Sem essa ligação, a luta contra o capitalismo tende a ser muito mais difícil. Empregada ou desempregada, a classe operária conservará por muito tempo o papel de aglutinadora das forças que lutam pelo progresso social.

No entanto, tudo indica que o centro estratégico dessa luta permanecerá sendo o operariado empregado. Historicamente tem sido assim. As mudanças tecnológicas não estão revolucionando as relações de produção a ponto de alterar profundamente a posição dos agentes sociais do capitalismo. O maior problema colocado em questão, principalmente para o sindicalismo, é o de desbravar novas fronteiras diante do cenário desenhado pelas novas formas de organização do trabalho adotadas no leito das inovações tecnológicas. Combinada com as alterações na maquinaria, o capitalismo tem implantado novas técnicas de gerenciamento para aprimorar a produtividade do trabalho e lançado desafios cada vez mais complexos às organizações dos trabalhadores.

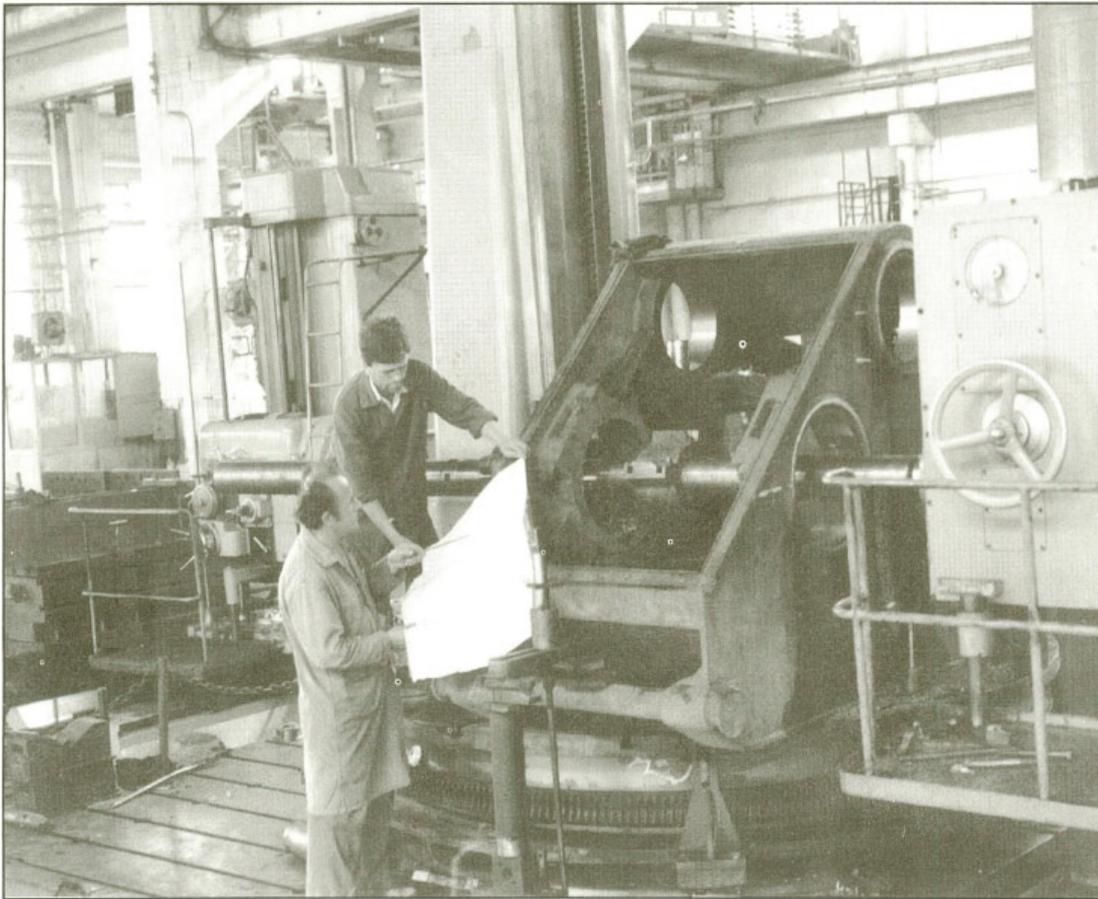
**O taylorismo, referência de organização do trabalho por longo tempo, está superado?**

Há uma opinião mundial segundo a qual a velha técnica de administração inventada

pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor foi superada na prática pelos sistemas que aproveitam as iniciativas coletivas dos trabalhadores - sobretudo o modelo japonês, popularizado mundialmente com o nome de toyotismo. É fato que o Japão passou a ocupar o primeiro lugar em termos de produtividade do trabalho utilizando o sistema de equipes com relativa autonomia sobre os processos de trabalho. Com algumas variações, outros países desenvolveram técnicas parecidas com o toyotismo ou simplesmente importaram o modelo japonês.

Ao adotar técnicas científicas de organização do trabalho, o capitalismo tinha como único objetivo unir mais o trabalhador aos meios de produção e assim elevar a produtividade do trabalho. O capitalismo descobriu que o trabalho organizado com regras preestabelecidas, segundo as quais cada operário sabe da sua tarefa dia após dia, é muito mais produtivo do que quando ele era desenvolvido por atividades múltiplas num galpão onde imperava a desordem administrativa. Desde a fase manufatureira do capitalismo, ainda nos primórdios da Primeira Revolução Industrial, a divisão do trabalho é utilizada como elemento chave para a elevação da produtividade do trabalho. Mas o culto à eficiência só chegou mesmo com o lançamento do trabalho de Taylor, "*Princípios da Administração Científica*", publicado em 1895.

O taylorismo tornou-se a referência padrão para a organização do trabalho e logo foi adotado para organizar toda a sociedade. Usando um cronômetro, Taylor dividiu a tarefa de cada trabalhador nos menores componentes operacionais e mediu cada um deles para apurar o desempenho dos trabalhadores em frações de segundos. De posse desses dados, ele mostrou como era possível melhorar o desempenho do trabalhador. O estudo organizado do trabalho permitiu a Taylor fazer indicações para que fossem economizados segundos - e até milésimos de segundos - preciosos. O trabalhador e a máquina passaram a ser medidos e valorizados de acordo com suas eficiências relativas.



No começo deste século, a cruzada da eficiência tomou conta dos Estados Unidos, onde o trabalho de Taylor foi inicialmente lançado. Quando um grupo poderoso de estradas de ferro solicitou, em 1910, licença do governo americano para aumentar os preços das passagens, o pedido foi negado com a seguinte resposta: "Vocês podem economizar mais do que vão ganhar com o aumento solicitado, se usarem os métodos de um gênio da Filadélfia chamado Frederick Taylor".

Dois anos depois, em artigo publicado no *Ladies' Home Journal*, a jornalista Christine Frederick dizia que estava na hora de "as donas de casa tornarem os afazeres domésticos mais eficientes e produtivos". A autora revelava às leitoras que havia inconscientemente desperdiçado tempo precioso com o uso contínuo de abordagens ineficientes às tarefas do lar. "Durante anos jamais percebi que fazia oitenta movimentos errados só na lavagem, sem contar outros durante a arrumação, a es-

fregação e guardando coisas". E perguntava às leitoras: "Não é verdade que desperdiçamos tempo andando em cozinhas mal organizadas?" Em 1912, o jornal *Harpe's Magazine* disse: "Grandes fatos estão acontecendo no desenvolvimento deste país. Com a expansão do movimento em direção a uma maior eficiência, começou a era nova e altamente aperfeiçoada na vida nacional".

Em termos de melhoria da produtividade do trabalho, as idéias mestras do taylorismo são consideradas ainda hoje as mais bem sucedidas entre todas as que apareceram. Seus princípios extrapolaram o mundo das empresas e penetraram em todos os aspectos da vida do século XX. No Brasil, na Alemanha e na ex-União Soviética as idéias de Taylor foram estudadas e adotadas. Ao abordar a questão da produtividade do trabalho no artigo "*As Tarefas Imediatas do Poder Soviético*", escrito em abril de 1918, Lênin diz: "A última palavra do capitalismo nesse aspecto, o sistema Taylor

- tal como todos os progressos do capitalismo -, reúne em si toda a refinada crueldade da exploração burguesa e uma série de riquíssimas conquistas científicas no campo da análise dos movimentos mecânicos do trabalho, a superação dos movimentos supérfluos e inúteis, a elaboração dos métodos de trabalho mais corretos, a introdução dos melhores sistemas de registro e controle, etc.". Nos mesmo artigo ele afirma que "tem de se criar na Rússia o estudo e o ensino de Taylor, a sua experimentação e adaptação sistemáticas". Em pelo menos mais dois artigos Lênin volta ao assunto. Os japoneses esmiuçaram os escritos de Taylor para iniciar a fase de reconstrução do país depois da Segunda Guerra Mundial.

### **As técnicas participativas seriam uma exacerbação dos métodos de Taylor**

Clemente Nóbrega, autor do livro *"Em Busca da Empresa Quântica"*, diz: "Da qualidade total à reengenharia de processos. Da empresa voltada para o cliente aos times multifuncionais. Tudo isso se originou como reação à devastação perpetrada pelos produtos japoneses nos mercados ocidentais, a partir da segunda metade da década de 70. Mas o sucesso japonês tinha muito mais a ver com Taylor do que com 'cliente em primeiro lugar'. No seu primeiro momento foi algo muitíssimo mais vinculado a sistemas otimizados de produção (alta qualidade com baixo custo) do que qualquer outra coisa. Taylor puro. Pessoas em primeiro lugar? Não, pessoas comprando o meu produto em primeiro lugar".

Nóbrega parte para a polêmica sem meias palavras quando afirma que "gestão participativa funciona por espasmos: às vezes dá certo por períodos. Na maior parte do tempo não dá. Vá à sua estante e pegue o livro *Vencendo a Crise*, de Tom Peters e Robert Waterman (um best-seller dos anos 80 que vendeu mais de 5 milhões de exemplares). Examine a famosa lista das empresas consideradas excelentes em 1980. Parece que nem todas

continuam excelentes assim. Muitas passaram por torturantes infernos astrais mercadológicos, e as que conseguiram sair o fizeram graças a um receituário clássico: a busca da eficiência no sentido mais puramente taylorista. Ou será que alguém imagina que as centenas de milhares de demissões nas 'excepcionais' aconteceram por decisão de algum mecanismo de gestão participativa?"

O planejamento estratégico, segundo Nóbrega, é essencialmente taylorista e voltou à moda em substituição às *Qualidades Totais e às Reengenharias*. "Gostamos de idéias participativas, elas são modernas e democráticas, mas na prática continuamos com Taylor. A inteligência continua separada da execução. Essa inteligência não está no 'chão de fábrica', apesar de poder passar por lá. Seu exercício continua sendo basicamente um processo elitista de responsabilidade de poucos, e esses poucos geralmente transitam por ambientes bem mais acarpetados que o chão da fábrica", diz ele.

A idéia de que a inteligência está sempre separada da execução ocupa um lugar central nos princípios de Taylor. O trabalhador não precisa pensar, dizia ele. Não precisa ser uma pessoa inteligente; só obedecer. Pensar era para o "gerente científico". E garantia que a colaboração (antítese do antagonismo de classes) surgiria naturalmente se seus "princípios" fossem aplicados. Com o capital e o trabalho de mãos dadas (um pensando e o outro executando), seria possível construir o melhor dos mundos.

Essa forma de colocar as coisas, convenhamos, não garante nenhuma "colaboração" - ou parceria, termo mais usual atualmente. Desde que foram lançados, os princípios tayloristas caracterizam-se como uma forma avançada de controle do capital sobre os processos de trabalho para elevar a produtividade. Esse controle, necessariamente despótico, contribuiu para aumentar a exploração assalariada e distanciar, em termos políticos e econômicos, os pensadores dos executores.

Nesse aspecto, Nóbrega tem inteira razão. Por conta da corrida tecnológica e da crise do

capitalismo, há no mundo hoje uma torre de babel sobre técnicas administrativas, onde ninguém se entende. O risco de uma empresa desaparecer está sempre no horizonte. Cada vez mais prevalece a lei da selva e qualquer panacéia que prometer a salvação é acolhida com entusiasmo. Dois terços das companhias que lideravam a famosa lista das maiores empresas da revista *Fortune* em 1970, desapareceram. O medo de ficar para trás alimenta o consumo compulsivo de receitas de administração. Em 1993, as empresas americanas utilizaram 11,8 das 25 principais técnicas de gerenciamento existentes no mundo. Dois anos depois esse número pulou para 14.

### **O engodo da parceria entre capital e trabalho e a fábula do porco e a galinha**

Por trás das palavras que o operário ouve nos cursos de gestões participativas que proliferam nas empresas está a necessidade desesperadora de aumento da produtividade do trabalho. Num de seus discursos delirantes, o presidente FHC disse que “a estabilidade econômica deve se apoiar na parceria do capital com o trabalho, na busca de melhorar a produtividade das empresas e avançar na modernidade da economia”. Essa parceria é possível? Não. Em sua clássica análise das relações de produção em “*O Capital*”, Karl Marx diz: “A produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social esgotando ao mesmo tempo as duas fontes de onde brota toda a riqueza: a terra e o trabalhador”.

A sabedoria popular também consagrou uma fábula que explica bem a situação do trabalho diante do capital. Diz a fábula que a galinha e o porco se encontraram para unir forças e melhorar a rentabilidade de seus negócios. A partir do acordo, eles passariam a vender ovos com bacon, em vez de cada um comercializar seus produtos separadamente. Uma nova reunião foi marcada para o dia

seguinte e o porco apareceu muito abatido e com olheiras profundas. “O que aconteceu?”, perguntou a galinha. O porco respondeu: “É que eu pensei bem e cheguei à seguinte conclusão: você põe o ovo e continua viva, enquanto eu, para produzir bacon, tenho que morrer.” A esperta galinha disse: “Pois é, porco, às vezes numa parceria um tem de dar a vida.” A quantidade de postos de trabalho decapitados em todo o mundo por conta das inovações tecnológicas e administrativas impulsionadas pela crise do capital é a prova perfeita de que essa parceria não funciona para os trabalhadores.

Há muita controvérsia entre os estudiosos do mundo do trabalho sobre a trajetória e a situação do taylorismo nos dias atuais. Ele foi superado na prática pelas técnicas de administração participativas? Parece que não. Seja pelo fracasso dos modismos que povoaram o mundo recentemente ou seja pela readequação de seus princípios - um processo que alguns especialistas chamam de re-taylorização -, parece que as idéias de Taylor permanecem inabaladas. A adoção de mecanismos participativos nas relações de trabalho, sem dúvida mais democráticos, choca-se com os objetivos do capitalismo. Eles poderiam abrir para os trabalhadores um campo mais apropriado para uma visão mais clara sobre o antagonismo entre capital e trabalho. Esse é, provavelmente, para o capitalismo, o motivo do retorno inexorável ao insubstituível taylorismo.

### **Mudanças no chão da fábrica impõe novas bases para a atuação dos sindicatos**

Seja como for, as bases para a atuação sindical não são mais as mesmas. Se de um lado o fluxo tecnológico impõe ao capital dificuldades cada vez mais dramáticas para a realização de seus objetivos, de outro ele impulsiona mudanças no “chão da fábrica” e no conjunto dos trabalhadores. A forma como o movimento sindical deve encarar essas mudanças

precisa ser adaptada à nova realidade das empresas. Há fortes indícios de que os trabalhadores estão se interessando mais pelo processo de trabalho, estimulados pelo patronato e empurrados pela ameaça do desemprego. O velho taylorismo, que criava uma barreira intransponível entre os pensadores e os executores, está cedendo lugar para uma abordagem mais qualificada, por parte dos trabalhadores, de suas tarefas.

As idéias de Taylor podem não ter saído de cena. Mas, em muitos setores da economia, elas não são mais impostas a ferro e a fogo. Há uma preparação e uma qualificação, estimuladas pelo patronato - inclusive em termos financeiros -, para que eles assumam o aumento da produtividade do trabalho como uma obrigação de ambas as partes no processo de produção social. Atuar nesse cenário requer do movimento sindical também uma melhor preparação.

\* Diretor de imprensa do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e membro do Conselho de Redação da *Debate Sindical*

Não se trata de achar que o capital conseguirá atrair os trabalhadores para os seus objetivos. Essas novas técnicas são claramente um engodo e os trabalhadores - uns mais e outros menos - sabem disso. Mas o movimento sindical não deve insistir nas mesmas práticas já superadas pela vida. Um trabalho de qualificação e formação dos ativistas parece ser, hoje, uma questão decisiva. A organização sindical, com representantes sintonizados com essa nova realidade em cada local de trabalho, deve ocupar o centro das atenções. Ao mesmo tempo, o movimento sindical deve se articular melhor com outras entidades populares e trazer os trabalhadores que foram lançados porta a fora do mercado de trabalho para a luta contra a exclusão social e o despotismo característicos do capital. Há uma bandeira que pode cumprir esse objetivo se ela for empunhada com determinação: a redução da jornada de trabalho sem redução salarial.



José D. Herrera

# O conhecimento tácito e a formação do trabalhador

Antônia Vitória Soares Aranha \*

No momento atual, trava-se intenso debate acerca da formação do trabalhador. Governo, empresários, sindicalismo e pesquisadores procuram estabelecer parâmetros e definir estratégias sobre o tema. Parte das dificuldades e polêmicas refere-se ao conhecimento tácito do trabalhador. Não reconhecido por todos, ele apresenta uma série de complexidades. Como o trabalhador o adquire? De que se compõe? Como interfere no processo de trabalho? Como relacioná-lo com a formação profissional? Este texto pretende esclarecer o significado desse conceito e sua relação com a qualificação profissional, bem como problematizar a sua influência na valorização da força de trabalho.

“Conhecimento tácito” no dizer de alguns, “qualificações tácitas”, “saber tácito”, “saber do trabalhador” e “savoir-faire”, no dizer de outros, tem as seguintes dimensões: “Elemento

constitutivo da qualificação efetiva. (...) Ademais, a utilização do saber tácito acumulado dos trabalhadores pode envolver competências adquiridas fora do espaço do traba-

lho industrial, seja ao longo de experiências de vida em sentido amplo, ou de experiências de trabalho no setor terciário ou na atividade rural” (Acselrad, 1995).

Machado (1996) define as “qualificações tácitas” como um saber-fazer complementar e necessário ao sistema técnico, intuitivo e não codificável. Segundo a autora, através dele o trabalhador faz modificações no processo de trabalho e introduz diferenças de soluções ao trabalho prescrito, “para dar conta das variações, descontinuidades e diferenças de situações, imprevistos no sentido de unir o que a divisão do trabalho separou: concepção e execução e as diversas etapas da execução”.

Villavicencio (1992) emite importantes esclarecimentos sobre o “saber-fazer” do trabalhador. “Trabalhando, o trabalhador desenvolve o seu conhecimento. O saber-fazer emerge de uma relação técnica, se manifesta como variável determinante da eficiência produtiva e, nesse sentido, constitui um ponto de partida para análises de qualificação (...). É necessário, pois, tomar em conta, por um lado, o processo de constituição do saber-fazer e, por outro lado, o funcionamento das redes de circulação do conhecimento técnico”.

Entre outros, dois autores, Jones & Wood, forneceram também um significativo número de elementos para se compreender as qualificações tácitas. Assim, não as consideram como inadequações no processo de trabalho, mas, ao contrário, como parcelas inerentes a ele, mesmo àqueles mais tecnologicamente avançados. Também avaliam que representam um “recurso inalienável” do trabalhador, incluídas na organização produtiva, e atuam como elementos de contestação a certas formas de organização do trabalho.

Enfim, o conhecimento tácito é adquirido pelo trabalhador tanto no processo de trabalho quanto na sua atividade social em geral. É um processo contínuo e essencial ao andamento cotidiano do trabalho. É dificilmente codificável, o que complica a sua sistematização, mas é extremamente dinâmico, estando presente em praticamente todos os processos de trabalho conhecidos no capitalismo. Não limita-se ape-

nas a elementos de resistência ao autoritarismo e à super-exploração, mas é também um conhecimento técnico transformado (Ferretti, 1997), ou seja, adaptado às condições concretas do trabalho executado.

Villavicencio estabelece, ainda, como esse saber é construído: 1) Através de uma prática cognoscitiva individual que inicia-se por construir uma imagem mental, “uma representação ideal”, da situação de trabalho. Essa imagem deve constituir-se de diversas informações e dados de caráter técnico, tais como sinais luminosos e sonoros, posição de instrumentos de trabalho, códigos relativos aos painéis de controle, etc. que se articulam com os conhecimentos prévios (escolarizados ou não) do trabalhador. Esta imagem, reprodução mental da situação do trabalho, é construída através de sua inserção no processo de trabalho, de acordo com uma determinada divisão do trabalho e inserida num conjunto de relações sociais desse trabalhador na empresa.

2) Através da prática social de circulação e intercâmbio de saberes. “Falar de redes sociais de intercâmbio equivale a referir-se às formas de organização social na empresa. É colocar em destaque a capacidade dos indivíduos de construir uma linguagem, formas de comportamento, relações de negociação, de aliança e de enfrentamento com relação às definições técnicas e organizacionais vividas na situação de trabalho. Tudo aquilo que, sob noção de *informal*, tem sido analisado como a verdadeira forma de realizar a produção”.

### O conhecimento tácito é peça chave no andamento do processo produtivo

“O trabalho, por mais bem planejado que seja, tem um elemento de imponderabilidade”, afirma Ferretti (1997). O próprio capital reconhece isso ao estabelecer uma diferenciação entre o trabalho prescrito e o real. O cotidiano do processo produtivo apresenta-se com uma variada gama de incertezas técnicas e organizacionais, o que obriga o trabalhador a adap-

tar o trabalho prescrito às condições reais de sua execução. Dessa forma, ele modifica continuamente o seu conteúdo, a tarefa, a utilização da ferramenta, a administração do tempo, etc. Faz isso articulando os seus conhecimentos teóricos e práticas com as experiências acumuladas até mesmo fora do ambiente de trabalho. “Por mais que a direção da empresa estabeleça mecanismos de controle e de sanção, os trabalhadores regulam o processo de produção de maneira diferente da prescrita pela empresa” (Villavicencio).

Se, apesar das últimas alterações nos processos de trabalho, que objetivam uma maior integração de certos setores, o trabalho prescrito continua sendo fundamentalmente determinado pela direção da empresa e o trabalho real é levado evidentemente pelos trabalhadores na produção, de que conhecimentos eles se utilizam para executá-lo, já que não se baseiam *strictu sensu* nas prescrições gerenciais?

Com certeza, a *fonte de conhecimentos* da qual o trabalho real se alimenta é o conhecimento tácito do trabalhador. Ainda que sejam feitas todas as ressalvas quanto a este fato - não reconhecimento oficial do ocorrido, não valorização do conhecimento utilizado -, pode-se concluir que o conhecimento tácito não é apenas um elemento a mais a ser considerado na produção, mas constitui-se mesmo uma peça chave no andamento do processo produtivo.

A relação trabalho concreto/trabalho abstrato é também intermediada no processo real pelo saber do trabalhador. Segundo Marx, o trabalho abstrato traz como consequência a não diferenciação dos diversos tipos de trabalho individuais, a eliminação da individualidade e o apastamento das subjetividades dos sujeitos que trabalham, dissolvendo-os todos na categoria do trabalho humano abstrato. “Entretanto, isto não impede que todo ato de trabalho seja ao mesmo tempo a obra de homens concretos que mobilizam suas capacidades na produção de objetos úteis e diversificados” (Santos, 1993).

E, ainda que o capital tenda a transformar

a força de trabalho numa mera mercadoria reprodutora de mercadorias, rebaixando o ato vivo e criador do trabalho humano a esta única utilidade, Santos observa: “Mesmo abstrato, o trabalho produtivo comporta ‘micro-atividades-concretas’, micro iniciativas, micro-decisões, saberes variados. O ato cotidiano de trabalho aciona novas capacidades, formas de inteligência diversas, indispensáveis à produção. (...) Para o trabalhador o seu trabalho não se apresenta como qualquer coisa de abstrato. Sua atividade não assume a forma de uma transferência de valor, mas de uma produção de gestos, de ações, que se inscrevem nos objetos do trabalho como manifestação de suas capacidades pessoais”. O conhecimento tácito, portanto, potencializa a tensão entre trabalho concreto/trabalho abstrato.

### **O trabalhador produz conhecimento e elabora um saber no processo produtivo**

Compartilho com diversos autores a noção de que a qualificação do trabalhador é um processo histórico-social, em contraposição àqueles que tem dela uma visão tecno-determinista. Estes últimos reduzem a qualificação a uma listagem de conhecimentos, habilidades e atitudes de que o trabalhador deve ser portador para ser introduzido no processo de trabalho. Eles estabelecem uma classificação simplória dos trabalhadores como qualificados (portadores das exigências requeridas) e não qualificados (não têm os predicados cognitivos e atitudinais exigidos), às vezes introduzindo os semi-qualificados.

Sem entrar na polêmica, considero que a qualificação e os saberes presentes nela não se restringem à sua compreensão usual: aqueles adquiridos pelo indivíduo na escola. Eles são conhecimentos técnicos e relacionais (como sobreviver no ambiente de trabalho e na sociedade em geral), adquiridos nos mais diferentes locais e meios, entre eles na “rede de saberes” que se estabelece no próprio processo produtivo. Na verdade, a qualificação é

mais um conjunto de relações e não um dado tangível da realidade (Ferretti).

Alguns autores dão importantes contribuições no sentido de clarificar o que seja uma compreensão histórico-social da qualificação. Aeselrad, por exemplo, considera que as qualificações passam por uma constante evolução, em razão do permanente acúmulo de experiências concretas de trabalho e da aquisição de novos conhecimentos e habilidades, tanto por vias formais quanto informais. E, mais ainda, considera que as qualificações que realmente são postas em exercício no processo de trabalho são fruto do ajuste entre as qualificações dos trabalhadores e as qualificações prescritas para os postos de trabalho.

Para Castro (1991), "seu fundamento deve ser buscado nas relações políticas entre saberes e poderes no interior da fábrica. Estas refletem as experiências e qualidades que os sujeitos trazem consigo como um capital que lhes é próprio e com o qual atuam na barganha por sua inserção nos sistemas de classificação que organizam as relações no cotidiano fabril". Machado, por sua vez, entende que a qualificação não é uma construção teórica acabada, mas um processo social, "através do qual se descobre não a *natureza* do que seja trabalho qualificado e desqualificado, mas a própria trama das regulações técnicas e sociais presentes nos processos de trabalho". Dessa forma, entende que a qualificação não pode ser traduzida operacionalmente por uma expressão numérica, por uma escala de atributos objetivos, já que ela é "um processo histórico, determinado socialmente".

Do acima exposto é possível concluir, então, que o conhecimento tácito é parte integrante e importante da qualificação do trabalhador. É mais, que o trabalhador, ainda que de forma assistemática, *produz conhecimento, elabora um saber sobre o trabalho*, que não é apenas constituído de noções de sobrevivência e relacionamento na selva competitiva do mercado de trabalho, mas que é também *técnico*. É com base nesse fato que alguns autores chegam mesmo a questionar se há tra-

balho não-qualificado. "Polanyi demonstra que toda ação humana implica um certo grau de qualificação. Conseqüentemente, a definição de um trabalho como não qualificado é relativa, não absoluta" (Jones & Wood).

Porém, se a questão assim colocada explicita melhor o papel do conhecimento tácito, ela traz, em contrapartida, uma série de indagações. No processo de formação profissional, evidentemente levado adiante não na lógica do mercado, mas no intuito de contribuir para a construção *omnilateral* do sujeito que trabalha, como considerar o conhecimento tácito do trabalhador? De imediato, um grande dogma educacional é posto abaixo: o sujeito que detém o conhecimento não é apenas aquele que exerce o papel de professor. Mas, que metodologias implementar para fazer brotar esse conhecimento? Como isso influenciará a formação dos professores?

E, ainda, com relação ao movimento social dos trabalhadores, como estimular a rede de intercâmbio informal no interior da empresa numa perspectiva de contribuir para a desalienação do trabalho, tanto pelo aumento do domínio coletivo do processo de trabalho como pelo estabelecimento de laços de solidariedade entre os trabalhadores, e também para a valorização da força de trabalho?

**Apesar das manipulações, o capital torna-se cada vez mais dependente do trabalho**

O taylorismo caracteriza-se, entre outras dimensões, por seu rigor em tentar submeter o trabalhador ao trabalho prescrito pela gerência e pela fragmentação do processo, no qual cada um deve executar uma parcela mínima e rigorosamente controlada. A radical separação entre execução e concepção e a otimização da produtividade do trabalho, com a redução dos tempos mortos, constituíam algumas das suas principais metas.

Na verdade, por trás disso, encontrava-se também a tentativa de extorquir o saber do trabalhador e uma disputa intensa pelo contro-

le do processo de trabalho. Pois, apesar da anterior introdução do maquinário, o trabalhador ainda detinha fatias substanciais de conhecimento sobre o mesmo. Ocorria a produção permanente do conhecimento tácito, mesmo sob o rigor do taylorismo. Este, muitas vezes reprimido pela gerência, nunca deixou de ser produzido, o que demonstra que o capital ficou longe de conseguir a separação completa (ou mesmo parcial) entre a mão e o cérebro.

Gramsci já alertava que não existe nenhuma atividade humana somente manual ou somente intelectual, insistindo assim na impossibilidade da separação entre pensar e fazer. Outros autores, estudando o taylorismo, vão demonstrar o mesmo pela existência do conhecimento tácito. Mas resta esclarecer como este é tratado nesse processo gerencial. Jones & Wood afirmam que no taylorismo as "qualificações tácitas desenvolvidas pelos trabalhadores especializados, mas desconhecidas pela direção, acarretam problemas para a mesma". E que as contribuições ao funcionamento da produção, advindas desses saberes "não se amoldam naturalmente à organização formal do trabalho".

Ou seja, no taylorismo, o conhecimento tácito, embora concreto e de influência decisiva no processo produtivo, era um *elemento clandestino* do trabalho, sendo muitas vezes uma fonte de resistência aos desmandos e autoritarismo das gerências. Já o novo padrão produtivo, advindo com o incremento de novas tecnologias e novos processos gerenciais, faz emergir outros referenciais de inserção dos trabalhadores no processo de trabalho. As chamadas "gestões participativas" buscam a integração do trabalhador no processo produtivo, alargando a margem de sua interferência e concretamente colocando em suas mãos um conjunto de decisões antes apenas restritos à gerência.

Sem dúvida, estas alterações não foram provocadas por qualquer atitude de benevolência do empresário. Ao contrário, inserem-se na lógica do capital de obter maior valorização e extração do maior *quantum* de mais-

valia e estão longe de se generalizarem ao ponto de eliminarem as outras formas. Estudos empíricos mostram que processos altamente neotecnizados convivem com esquemas tayloristas e mesmo com outros *mais atrasados* de gerenciamento. E isso, não como uma *disfunção* do processo, mas como algo inerente a ele. O padrão "flexível e integrado" de produção vai se configurando assim como um mosaico, em que novas tecnologias e novos processos organizacionais compartilham com outros processos - subcontratação, sistemas familiares de produção, terceirização, etc.

É de se supor, então, que o conhecimento tácito receba tratamentos diferenciados na atualidade, dependendo tanto do grau de inovações tecnológicas e organizacionais introduzidas quanto da história particular de cada empresa. Compatível com a grande competitividade do mercado, para as empresas mais inseridas nas inovações, hoje é necessário que elas inovem permanentemente seus produtos e sua produção. É neste contexto que se assiste a um processo de valorização do conhecimento do trabalhador, no sentido de ser um potente elemento de aprimoramento da produção, saindo da *clandestinidade taylorista* para a *aparente democracia da integração*. Tauile (1989) nos traz o exemplo da Toyota, onde, em 1983, foram feitas 1.655.858 sugestões pelos trabalhadores (31,8 por empregado), das quais 96% foram implementadas.

Ainda que o capital, calçado nas novas tecnologias, tente passar a imagem de que vai paulatinamente tornando-se independente do trabalhador, do fator humano, a realidade é bem outra. As "gestões participativas", quando apelam à necessidade do envolvimento, da responsabilidade e lealdade, atestam a sua *dependência* mais acentuada do trabalhador. Antunes (1995) afirma: "O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo 'envolvimento cooptado', que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efe-

tiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho”.

É claro, então, que no novo padrão produtivo, o conhecimento tácito do trabalhador ganha novo status: passa a ser peça *reconhecidamente* decisiva no processo de produção, ainda que sua utilização venha envolta em toda gama de manipulação e ainda que *conviva* com processos em que o tratamento ao conhecimento é diferenciado. Como afirma Ferretti, “o conhecimento tácito não é um dado novo. O que tem de novo é o reconhecimento desse conhecimento como fator chave na produção, inclusive pelos empresários”.

**Desafio para o movimento social: como valorizar o saber dos trabalhadores?**

Machado introduz uma importante discussão sobre a relação entre valor de uso e valor de troca da força de trabalho. Afirma que o reconhecimento do valor de uso não é imediato e totalmente correspondente; e que o valor de troca não é uma simples dedução do seu valor de uso. “Interessaria à empresa tornar o trabalho mais descartável (valor de uso), mais barato (valor de troca), tornando-o impreciso e independente da habilidade do trabalhador, substituindo-o pelo trabalho objetivado. O trabalhador, ao contrário, buscaria concentrar-se, em si, experiências e competências historicamente produzidas para trocar por mais salário”.

Ou seja, interessaria ao capital prescindir das habilidades do trabalho humano, substituindo-o pelas máquinas. No entanto, cada vez mais o fator humano tem jogado um papel decisivo no processo produtivo, apesar das novas tecnologias. Desta forma, torna-se um problema político, que envolve o nível de mobilização das forças em disputa, a valorização da força de trabalho expressa em salário, feita pelo capital.

No geral, só os aspectos mais formais da qualificação do trabalhador são valorizados

ou pelo menos objeto de disputa - cursos, treinamentos, anos de escolaridade, etc. O conhecimento tácito, embora decisivo, não tem merecido ainda o enfoque necessário. Primeiro, por sua dificuldade em expressar-se de forma sistematizada ou pela ausência de interesses reais de quem detém o controle dos processos de trabalho e de formação de alçá-lo ao nível de “conhecimento científico”. Segundo, porque muitas vezes é tido como algo “natural” e não fruto de um processo social de aquisição.

Para citar um exemplo: ultimamente, várias fábricas do setor de microeletrônica tem utilizado mais a mão de obra feminina, porque *naturalmente* a mulher tem mais habilidade com movimentos finos e se adequaria melhor ao tipo de trabalho. Desconhece-se assim, que foi num processo de formação social que a mulher adquiriu esta habilidade e, o que é pior, ainda recebe um salário inferior ao dos homens. Um outro exemplo, já corriqueiro, são os *prêmios* que as empresas doam aos trabalhadores que fazem sugestões de melhoria. No geral, são retribuições ridículas, tais como almoços, visita à fábrica com a família, etc. E, no entanto, com tais sugestões a empresa tem lucros fabulosos.

Mesmo com as novas tecnologias e os novos modelos gerenciais e organizacionais do trabalho que buscam incorporar o conhecimento do trabalhador ao processo produtivo, permanece a distinção entre os saberes formalmente valorizados enquanto portadores de conhecimento científico e o conhecimento dos trabalhadores. “No entanto, se estes saberes, ainda que posicionados diferentemente nos modos tayloristas, nunca ganharam uma legitimação que os validasse tanto do ponto de vista epistemológico como, também, econômico, social, político e cultural, na empresa integrada e flexível esta continua sendo a regra. Está aqui o ponto comum que une os dois modelos quando se trata da relação entre trabalho prescrito e real, entre concepção e execução” (Santos, 1997).

Enfim, coloca-se ao movimento social, e particularmente ao movimento dos traba-

lhadores, a seguinte questão: o capital tem lucrado (mesmo antes do reconhecimento oficial) com o conhecimento tácito do trabalhador. Este conhecimento, embora valorize a força de trabalho, aumentando seu valor de uso, não tem tido uma contrapartida em termos de seu valor de troca, no processo de compra e venda da força de trabalho. Portanto, estabelece-se uma exploração extra, uma aquisição indevida feita pelo capital de um patrimônio individual e coletivo dos trabalhadores. Como fazer com que este conhecimento seja devidamente negociado e valorizado no mercado?

Por outro lado, como o processo de produção desse conhecimento é fundamentalmente coletivo, via redes de troca no processo de trabalho e vivência social, além de constituir-se num importante entrave à abstração geral do trabalho, ele pode tornar-se, de maneira intencional, um importante alicerce para fortalecer os laços interclasse, tão fundamentais, principalmente nesses tempos de individualismo e segregacionismo gritantes. Como estimular tais trocas, como criar espaços próprios de emergência, disputando com o patronato a sua aquisição, como fazem os CCQ, sem, contudo, servir para a valorização do capital? Onde criar esses espaços?

“A capitalização dos benefícios proporcionados pelo saber do trabalhador à produção é uma estratégia já colocada em marcha pelos empresários. Fica a tarefa de construir uma alternativa que, deixando de ser resistência passiva e não caindo na co-gestão do saber no trabalho, resgate o valor epistemológico, social, econômico, político e cultural do saber do trabalhador.” (Santos). São esses alguns

dos desafios colocados ao movimento social no que se refere à apropriação desse conhecimento social, no contexto maior onde “a luta da classe-que-vive-do-trabalho é central quando se trata de transformações que caminham em sentido contrário à lógica da acumulação do capital e do sistema produtor de mercadorias” (Antunes).

### BIBLIOGRAFIA

- Aeschad, Henri. “Trabalho, Qualificação e Competitividade”, *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n. 65, 1995.
- Antunes, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Ed. Cortez/Unicamp, 1995.
- Castro, Nadya. “Qualificação: qualidades, classificações e ações”. In: *Seminário Migrations, travail et mobilités sociales: méthodes, résultats, prospective*, 1991 (mimeo).
- Ferretti, Celso João. *Anotações de aula*, 1997.
- Jones, Bryn & Wood, Stephen. “Qualificações Tácitas, Divisão do Trabalho e Novas Tecnologias”, *Sociologie du Travail*, n.4 - 84.
- Machado, Lucélia R.S. “Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora”. In: *Trabalho e Educação, Coleção CBE*, Campinas: Papius, 1994.
- \_\_\_\_\_. “Qualificação do Trabalho e Relações Sociais”. In: Fidalgo, Fernando Selmar. *Gestão do Trabalho e Formação do Trabalhador*, Belo Horizonte: MCM, 1996.
- Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, livro 1, volume 1, 1983.
- Santos, Eloísa Helena. “Ciência e Cultura: uma outra relação entre saber e trabalho”, *Cadernos de Serviço Social*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, jul/ 1993.
- \_\_\_\_\_. “Trabalho prescrito e real no atual mundo do trabalho”. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 1, fev/ jul 1997.
- Taule, José Ricardo. “Novos padrões tecnológicos, competitividade industrial e bem-estar: perspectivas brasileiras”. *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 3, jul/ set 1989.
- Villavicencio, D. *Por una definición de la cualificación de trabajadores*. IV Congreso Español de Sociología, Madrid, set/ 1992 (mimeo).

\* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e doutoranda na PUC/SP



## O 1848 francês segundo Marx e Engels

Paula Beiguelman \*

Karl Marx instalou-se pela primeira vez em Paris em fins de 1843, depois de proscrita a *Gazeta Renana* pelo governo prussiano. Essa permanência, que permitiu a Marx embeber-se na agitação social e revolucionária de Paris, durou apenas pouco mais de um ano. Em janeiro de 1845, a vigilância das autoridades prussianas obteve do governo francês uma ordem de expulsão contra os emigrados políticos alemães.

O novo destino de Marx foi a Bélgica, onde permaneceu por três anos, ou seja, até o levante de Paris, em 1848. Com efeito, o governo de Bruxelas, temeroso da possível repercussão dos acontecimentos de fevereiro, decidiu livrar-se das personalidades e ativistas que representassem um risco político. Foi assim que uma ordem de banimento obrigou Marx a deixar a Bélgica em 24 horas.

Por essa época, Marx já escrevera várias obras importantes como *Ideologia Alemã* e a *Miséria da Filosofia*. E também já fora recém-impresso em Londres (embora ainda não difundido) o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, elaborado para a Liga dos Comunistas. Aliás, a Liga acabava de transferir seu organismo central para Paris, outorgando a Marx plenos poderes.

O lugar de Karl Marx era Paris. E é reconhecido como liderança conceituada que ele recebe um convite oficial do Governo Provisório, assinado por um dos seus membros, Flocon, e datado de 1º de março de 1848:

“Bravo e leal Marx,

O solo da República francesa oferece asilo para todos os amigos da liberdade. A tirania vos baniu, a França livre vos abre suas portas, a vós e a todos aqueles que combatem pela causa santa, a causa fraternal de todos os povos. Saúde e fraternidade”.

No dia 5 de março de 1848, Marx desembarcava em Paris. Sua preocupação se centrava em organizar os operários alemães para que pudessem atuar na própria Alemanha. Do governo provisório, obtém auxílio para viajar e em abril se desloca em companhia de Engels para a Renânia onde, menos de dois meses mais tarde, fundarão a *Nova Gazeta Renana*.

Contudo, a contra-revolução triunfa na Alemanha e o jornal deixa de circular: seu último número, impresso em vermelho, foi publicado em 19 de maio de 1849. Com os redatores do periódico perseguidos pela justiça, Marx retorna a França já no dia 3 de junho. Mas o cenário político francês se alterara, numa inflexão reacionária, principalmente depois da insurreição de junho de 1848.

Em julho de 1849, quando a família de Marx se junta a ele, lhes é designada como residência uma região insalubre, o que o leva a supor “tentativa de assassinato disfarçada”. O protesto é acolhido. Todavia, a reação fazia com que se sentisse desconfortável e no dia 23 de agosto Marx anuncia em carta a Engels que deixaria Paris para instalar-se em Londres. Essa decisão logo se concretizou e sua permanência na Inglaterra, onde produziria o monumento de inteligência que é *O Capital*, tornou-se definitiva<sup>[1]</sup>.

### O papel revolucionário do proletariado em fevereiro fez a burguesia vacilar

Mesmo enquanto se encontrava na Alemanha, Marx acompanhou atentamente o desenvolvimento dos acontecimentos de 1848 na França, e também não perdeu de vista os desdobramentos posteriores.

Ao transferir-se para Londres, passou a escrever diversos artigos sobre a política da França no período de 1848 a 1850; mas relutava em reuni-los em livro, aguardando a oportunidade para proceder a uma eventual revisão. Assoberbado de trabalho, nunca encontrou lazer para essa tarefa. Muito tempo depois, já falecido Marx (1883), Engels realizou em 1895 a compilação, acrescentando-lhe uma introdução de sua autoria, e dando à obra o título pela qual ficou conhecida: *As lutas de classe na França*. (Engels viria falecer nesse mesmo ano de 1895).

Na presente nota nos ateremos ao primeiro capítulo (De fevereiro a junho de 1848) que inicialmente, ao ser publicado como artigo, escrito em janeiro de 1850, denominava-se *A derrota de junho de 1848* <sup>[2]</sup>. Mencionamos acima a euforia da confraternização revolucionária de fevereiro, ilustrada pela própria forma como Marx foi acolhido na França. Debruçando-se quase dois anos depois dessa época sobre o período de fevereiro-junho, Marx procura compreender como foi possível o desfecho a que se chegou. E descobre, apoiando-se

nas categorias já explanadas no *Manifesto Comunista*, a determinação fundamental na luta de classes.

Ou seja, junho já estava contido em fevereiro quando, no dia 22, irrompe o movimento popular. É certo que as barricadas se espalhavam pelos bairros operários, onde as bandeiras vermelhas eram desfaldadas, e no dia 24 o rei Luís Filipe abdicava. Contudo, apesar de se tratar de uma revolução republicana, no dia 25 a República ainda não fora proclamada. O papel de destaque desempenhado pelo proletariado fazia a burguesia vacilar, pois não desejava fortalecê-lo atribuindo-lhe os créditos de uma conquista de tal relevância. Preferiam que a questão fosse decidida pelo voto.

Indignado, o operariado reagiu e o líder revolucionário Raspail, em nome do proletariado parisiense, exigiu que o governo provisório proclamasse a República dentro de duas horas, sob pena de retornar à sede do governo à frente de 200 mil homens. A obediência foi imediata e todos os muros logo se cobriram de dizeres, grafados em caracteres gigantescos: República francesa! Liberdade, igualdade, fraternidade!

Impondo a República ao governo provisório, o proletariado ao mesmo tempo lançava um desafio a toda a França burguesa. Além disso, a República de fevereiro teve que adotar medidas sociais. O operário Marche ditou o decreto pelo qual o governo provisório se comprometia a assegurar trabalho para todos. E como parece que essas promessas estavam sendo esquecidas, uma massa de 20 mil operários marchou em direção à sede do governo bradando: "Organização do trabalho! Ministério especial do Trabalho!"

Por fim, o relutante governo provisório nomeou uma comissão especial permanente encarregada de propor os meios de melhorar as condições das classes laboriosas. Essa comissão era formada pelos delegados das corporações de ofícios de Paris e presidida por Louis Blanc e Albert, os representantes dos operários no governo provisório. Na verdade, tratava-se de uma concessão meramente retórica, pois a marginalização dessa comissão era

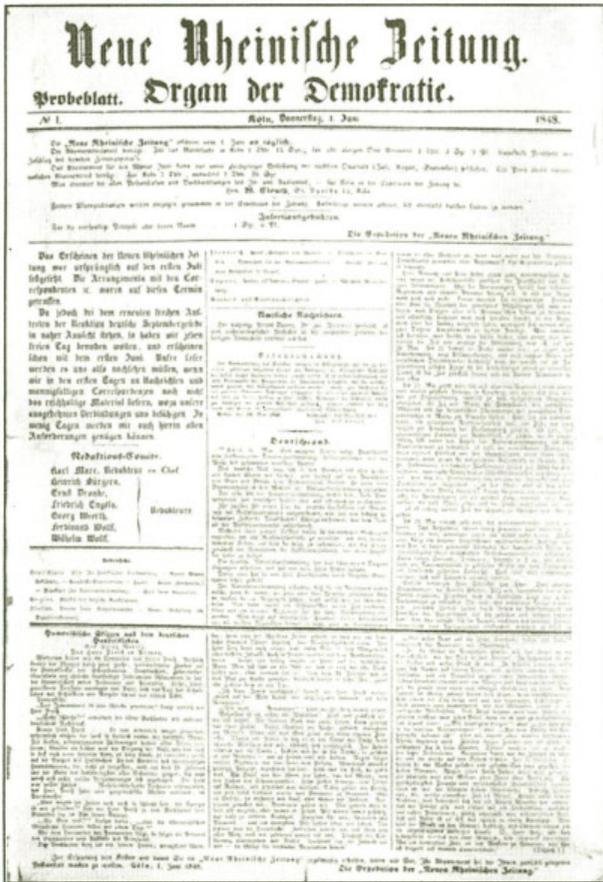
evidente: além de não funcionar na sede do governo provisório, não dispunha de orçamento nem de poder executivo.

### **A contra-revolução visa derrotar as conquistas do operariado francês**

De qualquer forma, as promessas feitas ao proletariado representavam para a burguesia cadeias que cumpria romper. Havia que liquidar os operários. O recurso foi opor uma parte dos proletários à outra. O governo provisório formou então 24 batalhões de guardas móveis, de mil homens cada um, compostos de jovens de 15 a 20 anos, pertencentes ao lumpen-proletariado. Eram 24 mil homens jovens, robustos, bem pagos, cheios de audácia. Erroneamente o proletariado os via como a guarda proletária, em oposição à guarda nacional burguesa.

Além da guarda móvel, o governo reuniu um exército de operários industriais. Centenas de milhares de operários, jogados na rua pela crise e pela revolução, foram alistados em pretensos ateliers nacionais. Na verdade, tratava-se de ocupar os operários em trabalhos monótonos e improdutivos, por um salário ínfimo. O governo pensava estar formando um segundo exército contra os próprios proletários. Mas desta vez a burguesia se enganava, como os operários se enganaram com a guarda móvel.

Os ateliers nacionais só tinham em comum o nome com os preconizados por Louis Blanc, que representavam o protesto do proletariado contra a indústria burguesa. Por causa desse nome eram atacados com ódio pela burguesia que, além do mais, apontava nessa deformação a primeira realização do socialismo. Correlatamente, toda a amargura pequeno-burguesa também se voltava contra os ateliers nacionais. Furiosamente eram apontadas as somas gastas com proletários ociosos, enquanto a sorte da pequena burguesia se tornava cada dia mais intolerável. Pagar uma pensão do Estado por uma aparência de trabalho - isso era o socialismo!



O primeiro e o último números da "Nova Gazetas Renana"

Progressivamente, a existência do governo provisório se reduzia a uma luta contínua contra as reivindicações do proletariado. As ilusões sociais da revolução de fevereiro eram abandonadas. Os representantes dos operários (Louis Blanc e Albert) eram excluídos da comissão executiva nomeada pela Assembléia Nacional; também era rejeitada a proposta de criação de um Ministério especial do Trabalho.

Isso porém não bastava. A república de fevereiro fora conquistada pelos operários com a ajuda passiva da burguesia. Os proletários proclamavam seus títulos no triunfo. Era necessário que fossem vencidos na rua, que sucumbissem lutando não **com** a burguesia, mas **contra** ela. Era preciso refutar as reivindicações do proletariado de armas na mão. Nas palavras de Marx, a República burguesa não nasce da vitória de fevereiro, mas da derrota (proletária) de junho.

Em meio a todas as provocações feitas aos operários, os ateliers nacionais propor-

cionavam um alvo especial. Começou-se tornando mais difícil o ingresso nos ateliers; depois substituiu-se o salário por jornada pelo salário que tomava por base as peças produzidas; chegou-se até ao desterro dos operários que não fossem nascidos em Paris. Por fim, no dia 21 de junho, foi promulgado um decreto excluindo os operários solteiros dos ateliers, oferecendo como alternativa o alistamento no exército. Não havia escolha: era morrer de fome ou lutar. A resposta foi a insurreição de 22 de junho, quando foi travada "a primeira grande batalha entre as duas classes em que se divide a sociedade moderna".

Marx se refere ao heroísmo dos operários, à bravura no enfrentamento com a brutalidade da burguesia que massacrara mais de 3 mil prisioneiros. Também Engels, no prefácio à edição inglesa de 1888 do *Manifesto Comunista*, se referirá à insurreição de junho de 1848 como a primeira grande batalha entre o proletariado e a burguesia.

**“A revolução está morta.  
Viva a revolução!” - diz  
Marx diante da reação**

Mas já no próprio momento do confronto, Engels escreveu uma série de artigos magistrais analisando as operações militares e cobrindo os acontecimentos quase que na ocasião mesmo em que ocorriam os combates, com base nos despachos das agências de notícias. Esses artigos foram publicados na Nova Gazeta Remana entre os dias 28 de junho e 2 de julho<sup>[3]</sup>. A luta é encarniçada, “como Paris, como o mundo ainda não tinham visto igual” - escreve Engels. E mais adiante acrescenta que a revolução de junho “é a primeira que divide verdadeiramente a sociedade inteira em dois grandes campos inimigos representados pela Paris-Leste e a Paris-Oeste”.

Em outro dos artigos, observa que a guarda móvel, recrutada em grande parte no lumpen-proletariado, transformara-se em guarda pretoriana a serviço da burguesia, realizando, portanto, o objetivo desta ao criá-la. Já os destacamentos da guarda móvel, constituídos por verdadeiros operários, ficaram do lado oposto. No apanhado que faz nos artigos publicados em 1º e 2 de julho, apresenta uma visão de conjunto da revolução de junho, descrevendo, inclusive, o plano de batalha dos operários, atribuído a um antigo oficial, amigo de Raspail.

Sobre esse oficial, informa Engels que foi feito prisioneiro e, provavelmente no momento em que o artigo estava sendo escrito, já teria sido fuzilado. E o louva como tendo sido o primeiro a “organizar o combate de rua”,

formulando o esquema a ser adotado no futuro de modelo em todos os combates de rua; em outras palavras, tratava-se do “primeiro estrategista das barricadas”.

Nesse mesmo artigo, elogiando a bravura heróica, a disciplina e a habilidade militar dos operários, Engels observa que apesar de serem 40 mil lutando contra um inimigo quatro vezes mais numeroso, só por um triz não conquistaram a vitória. O triunfo certamente seria alcançado quando a massa inteira dos operários agisse em uníssono e com coesão<sup>[3]</sup>.

Mas voltemos às considerações de Marx. A burguesia, comenta ele, obrigara o proletariado de Paris a levantar-se na insurreição de junho. Não se tratava ainda de obter pela violência a derrubada da burguesia, nem o proletariado estava em condições de realizar essa tarefa. Porém, as ilusões de fevereiro e as reivindicações tímidas eram superadas e substituídas pela “audaciosa palavra de ordem da luta revolucionária: Derrubada da burguesia! Ditadura da classe operária!”

O capítulo termina dialeticamente em esperança: foi embebida no sangue dos insurretos de junho que a bandeira tricolor da república burguesa se transformou na bandeira vermelha da revolução européia. “E nós bradamos: A revolução está morta! Viva a revolução!”

### NOTAS

1 - Os dados para os apontamentos acima foram colhidos na Apresentação de E. Bottigelli, in *Les luttes de classes en France*, Éditions Sociales, Paris, 1948.

2 - Cf. Karl Marx, De février à juin 1848, in *Les luttes de classes en France*, Édition Sociales, Paris, 1948.

3 - Cf. Friedrich Engels, Annexe - Les journées de juin 1848, in *Les luttes de classes en France*, Édition Sociales, Paris, 1948.

\* Professora associada da USP e vice-presidente do Sindicato dos Escritores de São Paulo

# Greve operária e violência



**Um caldeirão  
chamado CSN.**  
**Edilson José  
Gracioli, Editora  
Edufu, Uberlândia  
(MG), 1997**

O livro de Edilson José Gracioli trata de uma das mais expressivas ações de rebeldia no Brasil dos anos 80, quando ocorreu a greve da Companhia Siderúrgica Nacional. Criada por Getúlio Vargas na década de 40, a CSN voltava à cena social e política (e também militar) no contexto da República de Sarney, um presidente civil fragilizado, totalmente tutelado pelos militares, e que somente soube responder às reivindicações dos trabalhadores com a força das baionetas...

O resultado desta opção pela repressão foi trágico: depois de uma violenta operação militar, três operários foram brutalmente assassinados pela herança viva da ditadura militar. Mas, apesar disto, tratou-se, como se pode acompanhar pelo texto de Edilson Gracioli, de uma greve vitoriosa. Os trabalhadores voltaram-se contra a virulência da repressão, e o Exército, apesar da sua brutalidade, teve que sair da CSN antes da decretação do final da greve, conforme a decisão em assembleia plebiscitária realizada durante a paralisação. Se os trabalhadores sofreram perdas humanas, a República de Sarney, grotescamente chamada de *nova*, mostrava sua faceta velha, servil, despótica e repressora.

Foram 17 dias em que os trabalhadores

resistiram à brutal militarização da greve. Ou, conforme as indicações do próprio autor: “usina da capital produtivo estatal de importância singular para a acumulação capitalista, complexo industrial explosivo, área considerada de segurança nacional e um cotidiano fabril impregnado de relações despóticas compunham o cenário em que o calor propagado não adivinha apenas dos equipamentos e instalações, pois também era produzido pelo clima opressivo, militarizado, sobre os operários”.

Tendo sua gênese profundamente marcada pela luta contra a superexploração da força de trabalho, o movimento grevista pautou-se por um processo intenso de preparação por parte das comissões autônomas que, “a partir da impossibilidade da presença de diretores sindicais na CSN, assumiram e aprofundaram o trabalho de formação, organização e politização dos operários. Se a espontaneidade dos trabalhadores imprimiu um ritmo acelerado à deflagração da greve, ela teve um profundo significado político, exatamente porque foi dirigida politicamente, ou seja, adquiriu claros contornos de confronto com o aparato de Estado, implicou crítica aguda ao cerne da política econômica do período ... e se evidenciou pela luta democrática em que se converteu (...). A natureza autocrática da Nova República veio à tona de maneira inequívoca, bem como o papel de tutor, desempenhado pela Forças Armadas”.

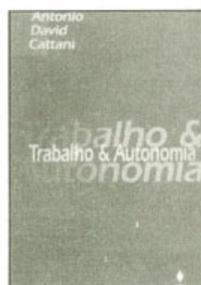
Tendo como inspiração a busca da processualidade e efetividade da *forma de ser* da greve, a apreensão cuidadosa do seu movimento, do seu *ir-sendo*, do seu *fazer-se*, o livro de

Edilson Gracioli, apresentado como dissertação de mestrado em sociologia do IFCH/Unicamp, é um resultado bem sucedido deste empreendimento. E nos desenha uma das mais importantes ações de resistência e confronto dos trabalhadores no Brasil dos anos 80. Que por certo os auxiliarão nos embates difíceis deste final do século, como se pode ver limpidamente na heróica e fortemente reprimida

greve dos petroleiros de 1995 ou nas ações sociais decisivas do Movimento dos Sem Terra que, apesar da feroz repressão que sofrem, tem sabido responder com uma atuação política fortemente estruturada.

(Ricardo Antunes, professor livre docente em sociologia no IFCH/Unicamp e autor de diversos livros sobre sindicalismo)

## Desemprego e degradação



**Trabalho e autonomia.** Antonio David Cattani, Editora Vozes, 1996, São Paulo

Entre outros méritos, o livro de Antonio Cattani apresenta no seu segundo capítulo um quadro - em cores fortes e perturbadoras - do desemprego como fator de desagregação social e degradação humana. Com base em inúmeras pesquisas, o autor diz que "é possível sustentar que a exclusão provocada pelo desemprego não é um fenômeno passageiro e sim o resultado de um processo permanente" - que decorre das próprias contradições do sistema capitalista mundial. Para ele, apesar das aceleradas mudanças em curso, o capitalismo mantém sua essência exploradora. "A fetichização da mercadoria, o imperativo da acumulação, a apropriação privada dos frutos do trabalho social, a mercadorização das necessidades, nada disso foi abolido".

Sua análise é centrada no estudo rigoroso da realidade dos países mais dinâmicos do capitalismo, que compõem a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Isto por três razões: a existência

de dados estatísticos confiáveis; o fato dos países membros serem responsáveis por 75% da atividade econômica mundial; e, principalmente, porque as nações ricas determinam as características básicas do novo modelo produtivo e da divisão internacional do trabalho. Após definir os critérios de "contagem", inclusive apontando suas variações ("A França tem o maior índice de desemprego aberto e relativamente poucos empregos informais; nos EUA, acontece o contrário"), o livro aborda os dramáticos efeitos sociais e humanos desta chaga do capitalismo.

Em primeiro lugar, aponta quais são os grupos mais vulneráveis. "As mulheres, os imigrantes, as minorias étnicas, os trabalhadores sem formação ou os trabalhadores qualificados de setores em mutação são os mais atingidos". No caso dos jovens com menos de 25 anos, os dados também são alarmantes, indicando o brutal desperdício de recursos humanos. Nos EUA, o percentual é de 13%, na Inglaterra, 16%, e na França, 24%. "No conjunto dos países da Comunidade Européia, em 93, um jovem em cada cinco nunca tinha conseguido trabalhar, apesar de estar formado e procurando emprego há mais de um ano". Outra marca atual é o aumento da duração do desemprego, o que gera um "longo e gradual processo de afastamento da esfera produtiva e de desqualificação social".

Além do desemprego aberto, Cattani trata do crescente processo de precarização do trabalho, com destaque nos EUA. "Boa parte da criação dos novos empregos nos Estados Unidos é feita segundo princípios que representam uma regressão aos padrões do século passado. São empregos precários, mal remunerados, desqualificados, sem nenhuma perspectiva de promoção profissional ... Em torno de 50% dos novos empregos são tão mal remunerados que situam o trabalhador abaixo do nível de sobrevivência". Comparando à situação da Europa, onde há maior proteção social e menos trabalho precário, ele conclui: "Selvageria norte-americana, assistencialismo europeu, o resultado é praticamente o mesmo: o surgimento de uma 'nova pobreza' produzida pela capitalismo".

Quanto às conseqüências sociais, o autor adota o termo *à deriva* para traduzir a tragédia dos desempregados. "Integrados à corrente que os impulsiona com violência, eles não têm direção nem controle sobre as próprias ações, e nem estão ancorados num ponto estável. O movimento irá recuperar alguns, 'afogar' outros tantos e jogar, para a margem, a maioria". A *deriva econômica* decorre do fato que "o trabalho é um vetor essencial de construção identitária e de socialização e a principal, ou única, maneira de se obter recursos materiais e imateriais necessários à vida em sociedade. Não conseguir o seu primeiro emprego, para o jovem, ou perdê-lo, para o trabalhador, é uma situação humilhante, com impactos que inserem traços negativos na sua identidade".

Já a *deriva social* indica a marginalização do desempregado em seu próprio meio - na família, entre os amigos, etc. "Sem trabalho, a vida diária é marcada pela imobilidade. Quanto mais tempo disponível, menos se faz ... No círculo mais imediato da família, existe uma forte correlação entre precariedade profissional e instabilidade dos casais ... Várias enquêtes qualitativas demonstram que o indivíduo que não consegue estabilizar-se num emprego ou levar uma carreira profissional satisfatória desenvolve o sentimento de não estar à altura do que ele imagina serem as ex-

pectativas do círculo familiar e de amizades. O resultado é a retração, um fechamento sobre si mesmo".

Há também a *deriva moral*, fruto de uma fragilização psicológica decorrente do enfraquecimento dos laços sociais. "Administrando mal o seu tempo e passando os dias sem fazer nada de útil, distanciando-se cada vez mais dos amigos e colegas e da própria família, o desempregado desenvolve sentimentos de culpabilidade, de frustração e de resignação, constituindo o que alguns autores denominam de uma 'identidade negativa'. O desempregado interioriza sua fragilidade, considerando-se responsável pelo fracasso pessoal". Os efeitos são perversos. "Na França e na Inglaterra, o número de mortes violentas associadas ao desemprego tem crescido regularmente. O suicídio transformou-se, na França, na segunda causa das mortes entre jovens ... A partir de um certo ponto, a descida aos infernos não se faz mais degrau por degrau, mas em queda livre".

Por último, o autor trata das transformações do comportamento político. O desemprego ajudaria a explicar o desengajamento sindical, expresso na queda vertiginosa da sindicalização nos países da OCDE, o afastamento dos partidos progressistas e o próprio crescimento de seitas reacionárias. "Existem relações evidentes entre a situação de angústia e de desespero dos jovens sem trabalho e seu engajamento nos movimentos neonazistas na Alemanha e de extrema direita na França e Inglaterra". A disputa por emprego num mercado de trabalho cada vez mais reduzido possibilita o crescimento de visões racistas e xenófobas. "A Alemanha registrou, em 92, 7.680 agressões de cunho racista. Na França, 3/4 dos jovens consideram que existem imigrantes demais".

Como se observa, o diagnóstico de Cattani, baseado em inúmeras pesquisas, é realista e dramático. Mas ele não adota, em nenhum momento, uma visão pessimista, niilista, da realidade. Acredita na ação autônoma dos homens, em especial dos trabalhadores, na luta pela superação do capitalismo - sistema

“(re)criador de desigualdades, marginalizador e excludente”. As saídas, entretanto, ainda estão para ser construídas. Ele, por exemplo, aposta na educação como um fator essencial para a emancipação humana. Suas conclusões

e propostas, bastante polêmicas, são questionáveis - o que só reforça a importância da leitura crítica deste livro.

(Altamiro Borges)

## Passado e futuro da CUT



**Sindicalismo e política - a trajetória da CUT.**  
Iram Jácome Rodrigues, Editora Scritta, São Paulo, 1997

A partir da análise das resoluções dos quatro primeiros congressos da CUT e de uma série de entrevistas com lideranças da entidade, este novo livro do professor Iram Jácome procura traçar a trajetória histórica da maior central sindical do país e apontar os seus dilemas atuais e perspectivas futuras. O fio condutor da obra não é escamoteado pelo autor, que parte da hipótese de que “a fase mais conflitiva entre capital e trabalho está sendo superada. A fase ‘heróica’ do movimento operário e do sindicalismo no país já passou” - afirma, sem rodeios, logo no início do livro.

Na sua visão, a retomada das greves no final da década de 70 e o surgimento do sindicalismo combativo, que deram origem à CUT, foram expressão de um tipo de “demanda reprimida”. Para ele, “todos os anos de regime autoritário criaram uma expectativa exagerada com a democracia (...) Ora, como diz Adam Przeworski, ‘não se deve tratar a democracia como uma árvore de natal onde cada um procura o seu brinquedo favorito. Temos que nos dar conta de que o sistema democrático não é um instrumento para resolver outras questões. É somente um sistema em que os grupos sociais lutam sem se matar’”.

É com essa concepção, de viés social-

democrata, que o autor desenvolve o seu estudo. A pesquisa histórica é rica - e indispensável - em informações sobre as várias fases da central, em que aborda as polêmicas que nortearam cada um dos seus quatro congressos. Sem rotulações simplistas, mas também sem a aparente neutralidade, ele analisa as principais correntes que atuam na central. Para ele, com o passar do tempo, a central consolidou a divisão em dois grandes blocos, por ele denominados de *esquerda contratualista*, representada pela tendência majoritária (Articulação), e de *esquerda socialista*, composta por várias organizações anti-reformistas.

Segundo o autor, essa cisão estaria presente entre os próprios idealizadores da CUT - fundada em agosto de 83. Já na época, existiriam divergências em vários temas, como na questão da estrutura sindical. A primeira, com base na experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, atuando por dentro da “máquina”; a segunda, liderada pela Oposição Metalúrgica de São Paulo, pregando a imediata destruição da estrutura getulista. “De um lado, o ‘assalto ao palácio de Inverno’, de outro, uma ‘guerra de desgaste’ para, paulatinamente, minar as forças adversárias (...) Em larga medida, serão essas duas vertentes do sindicalismo que irão formar a CUT, trazendo as ambiguidades e tensões que estão presentes em suas práticas cotidianas” - resume Iram Jácome.

No estudo de cada congresso da CUT, o autor procura demonstrar como as diferenças acumulam-se e cristalizam-se nos dois projetos distintos. As próprias correntes internas evoluem na sua conformação - adotam nomes,

demarcam posições e estabelecem alianças. Ele também aponta as mudanças na estrutura e na forma de funcionamento da central, a partir das contínuas alterações estatutárias. O II congresso, em agosto de 86, teria servido para explicitar as diferenças. "Foi o último momento onde a esquerda socialista conseguiu imprimir sua marca mais fortemente". Já no terceiro, em setembro de 88, em Belo Horizonte, "fecha-se um ciclo na trajetória da CUT".

As mudanças no estatuto são o tema predominante neste evento e as resoluções aprovadas irão favorecer a hegemonia da Articulação. Diminui-se o número de delegados da base, privilegiando-se as diretorias sindicais; restringe-se a presença das oposições; adota-se como critério de eleição os sindicalizados e não mais o conjunto da categoria; estabelece-se o fúnil na tirada dos delegados, que passam a ser eleitos nos congressos estaduais; e aumenta-se a periodicidade dos Concuts de dois para três anos. "Para a tendência Articulação, as alterações estatutárias eram fundamentais para sua estratégia de diminuir o peso das correntes mais à esquerda e, ao mesmo tempo, dar um perfil mais propriamente sindical à central" - analisa o autor.

De maneira taxativa, o autor avalia que "o III Concut representou o começo da transformação de uma concepção *movimentista* para uma visão mais *organizativa* da CUT. Em outras palavras, o que estava em jogo neste congresso eram duas alternativas: a primeira, da CUT-movimento; a segunda, da CUT-organização. Esta venceu ... Iniciava-se realmente a implantação da CUT como estrutura verticalizada, administrativa enfim, como uma organização complexa e, nesse sentido, burocrática. É a construção da empresa sindical

dotada de racionalidade ... A fase mais movimentista, libertária, socialista e conflitiva, enfim, heróica, encerrava-se com o III Concut".

O IV Concut, em setembro de 1991, só confirmaria essa tendência - segundo a sua avaliação. O fato novo, que merece do autor algumas críticas questionáveis, e até mesmo sectárias, teria sido o ingresso da Corrente Sindical Classista - "que trouxe o pêndulo mais para a esquerda". O Concut, com as cenas de pancadaria registradas no livro, acirrou a polarização entre os blocos. Delegações vinculadas à esquerda foram cortadas e houve denúncia de fraude numa das votações. A chapa da Articulação obteve escassa maioria (52,16%) na escolha da nova direção. No estudo detalhado do perfil dos delegados, Jácome observa o aumento da idade, escolaridade e "profissionalização" do militante cutista, o que indicaria a maior "institucionalização e burocratização da central".

Como conclusão, o autor prevê o acirramento da disputa interna e da "crise de governabilidade" na CUT. "A convivência, no interior da central, de uma gama variada de posições político-ideológicas, se de um lado é saudável, de outro traz os riscos da paralisia permanente, pois são projetos por vezes contraditórios e até excludentes". Nesse embate, Iram Jácome faz as suas apostas e toma partido. Entre "uma praxis sindical de confrontação - ideológica, 'politicista' e socialista - e uma concepção contratual, pragmática e institucional, expressão de uma ação sindical habituada à negociação", ele fica com a segunda, defendida e praticada pela Articulação.

(Altamiro Borges)

## Afinal, de quem é o petróleo?

Nomeado pelo sogro Fernando Henrique Cardoso para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o engenheiro David Zylbersztajn declarou, na solenidade de posse, dirigindo-se a um auditório repleto de representantes de empresas multinacionais, que "o petróleo agora é vosso". A frase, que provocou indignação em amplos segmentos da sociedade brasileira, foi interpretada por alguns como um prenúncio da orientação entreguista que o genro do presidente da República pretende imprimir à autarquia, recentemente criada para conduzir a política petrolífera nacional. Para outros, a manifestação do sr. Zylbersztajn explica-se pelo seu desconhecimento do setor, por preconceito e até mesmo por certa má vontade em relação à Petrobrás.

A sociedade brasileira sabe e o dr. David Zylbersztajn também deveria saber que o nosso petróleo não pode ser entregue às multinacionais. E as razões e motivos são vários. Primeiro porque o petróleo é um bem de uso coletivo, não renovável e estratégico. Bem mineral que, como dizia Arthur Bernardes, "não dá duas safras". Depois, porque elas, as multinacionais, nada fizeram para merecê-lo. Ao contrário. Durante anos, apregoaram a inexistência de petróleo no Brasil. Por mais de 80 anos, sua exploração esteve totalmente liberada para os estrangeiros em nosso país, que só se interessaram pelo segmento da distribuição. Segmento, como sabemos, lucrativo, que exige pouco investimento e nenhum risco.

Descoberto o petróleo pelos brasileiros, em janeiro de 1939, na Bahia, não era mais possível negar a sua existência. O discurso mudou. Era preciso entregá-lo aos "trustes", pois nós brasileiros éramos, segundo eles, incapazes de mobilizar recursos humanos, financeiros e tecnológicos para explorá-lo. Não aceitamos os argumentos falaciosos. A população se mobilizou na campanha do "petróleo é nosso" e a Petrobrás nasceu, imposição da vontade nacional.

Procuraram sabotá-la de todas as formas e ela, cada vez mais forte, chegou ao seletivo e restrito grupo das grandes empresas de petróleo, incluída entre as quinze maiores do mundo, posição conquistada em apenas quatro décadas, numa indústria que, no exterior, já completou um século e meio de atividades. Entre 75 e 88, portanto durante 13 anos, os estrangeiros tiveram outra oportunidade. Os 243 contratos de risco, cobrindo uma área de mais de 1,5 milhão de quilômetros quadrados de bacias sedimentares, celebrados com as 35 maiores empresas petrolíferas do mundo, foram um fiasco. Um fracasso total.

O sr. Zylbersztajn não deveria desconhecer estes fatos. Por acaso ele não sabe que nos seus 45 anos de atividades, a Petrobrás jamais permitiu que o país fosse desabastecido? Isto apesar das inúmeras crises e

conflitos, internos e externos (...). E o que dizer da entrega, pela Petrobrás, à sociedade brasileira, dos derivados de petróleo sempre a preços inferiores aos internacionais? E os 220 bilhões de dólares em divisas economizados desde a implantação da companhia em 1953? E a liderança, reconhecida internacionalmente, na produção em águas profundas? Diante destes fatos e argumentos, dr. David, desculpe-nos mas, queira ou não o senhor, o petróleo é nosso.

*Ricardo Maranhão - presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet)*

## Comemorar o quê?

Programada para ser comemorado com estardalhaço por setores influentes da mídia nacional, os quinhentos anos de "descobrimto" do Brasil merece uma reflexão cautelosa acerca do que nos brasileiros temos vivido durante esse período. Passados 498 anos, qual o balanço do ponto de vista dos índios, da flora, da fauna, dos negros e do povo humilde dessa terra? (...) As elites falam agora em "comemoração". Refletindo conscientemente sobre a nossa história, o que temos a comemorar?

A exploração, escravidão, prostituição e extermínio dos índios; a devastação e a degradação do meio ambiente; a poluição dos rios e dos mares; a extinção de animais silvestres; a destruição da mata atlântica, o sequestro de negros para servirem de escravos; o aniquilamento do Quilombo dos Palmares; as elites pusilânimes e subservientes a Inglaterra, Estados Unidos; a corrupta República Velha; o sangrento fim de Canudos; a degola de Lampião e Maria Bonita; as ditaduras de Getúlio Vargas e dos militares; o preconceito racial; a tortura; o extermínio dos menores de rua; o impune holocausto de mendigos; a criminoso privatização das estatais; o saque da Amazônia; o gigantesco incêndio em Roraima; a perene falta de solução para o problema da seca no Nordeste; o ataque aos direitos sociais dos trabalhadores; o cerceamento à nossa frágil democracia; o desemprego...

Contudo, a ordem elitista não se implantou pacificamente, nem facilmente. Houve resistência. Para fazer justiça e fugindo do niilismo, cabe a nós render homenagem a acontecimentos que marcaram de forma progressista a nossa história (...). Esta é uma visão que não tem como objetivo a unanimidade; é um ponto de vista dos pobres, oprimidos e injustiçados, especialmente dos nossos índios, primeiros habitantes que nada têm a comemorar. Portanto, é totalmente parcial e até, quem sabe, passional. Porém, é acima de tudo um brado à reflexão e ao espírito crítico.

*Jorge Barbosa - presidente do Sindicato dos Bancários de Itabuna e região - e Corbulon Batista - estudante do curso de história na UES*

Eis a revista  
que levará você a Cuba!

**Vá a**



**com**

**Princípios**

Você que é leitor da Debate Sindical e quer complementar sua leitura teórica e marxista com uma outra revista tão especial e combativa, conheça e assine também a Princípios.

Assinando a Princípios até dia 30 de setembro você ainda concorre a um pacote turístico, com passagem e estadia por 7 dias em Havana e Varadero.

É a promoção "Vá a Cuba com Princípios"

O sorteio acontecerá em outubro, na comemoração da nossa 50ª edição.

Ah! A assinatura anual (4 edições) custa somente **R\$ 30,00**.

Preencha o cupom abaixo e envie hoje mesmo pelo correio, fax ou e-mail.

.....  
Nome: \_\_\_\_\_ Telefone: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

- Assinatura anual (4 edições) a partir do número 49 = **R\$ 30,00 ( )**

- Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) = **R\$ 45,00 ( )**

Nºs. das edições disponíveis: 17, 18, 22 a 31, 33, 35 a 48.

Forma de pagamento:

- Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda.
- Depósito em conta - Banco Itaú, Agência 0251 c/c 48.678-3
- Cartão *Credicard/Diners* ou *VISA* nº \_\_\_\_\_ Validade \_\_\_\_/\_\_\_\_

Editora Anita Garibaldi - Revista Princípios  
Rua Mons. Passalacqua, 158 Bela Vista - São Paulo/SP CEP 01323-010 telefax: 011 289 1331  
<http://www.anitagaribaldi.com.br> - e-mail: [livraria@anitagaribaldi.com.br](mailto:livraria@anitagaribaldi.com.br)

VISITE NOSSO SITE NA INTERNET

ASSINE  
A REVISTA



RECEBA EM CASA OU NA  
SEDE DA SUA ENTIDADE UMA  
PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA  
NO ESTUDO DO SINDICALISMO.



UMA REVISTA DE ANÁLISE,  
POLÊMICA E INTERCÂMBIO  
DE EXPERIÊNCIAS.



A ASSINATURA DÁ DIREITO  
A QUATRO EDIÇÕES  
E CUSTA R\$ 30,00.



# DEBATE SINDICAL

Nome:	
Endereço:	
Bairro:	CEP:
Cidade:	Estado:
Telefone: (    )	Fax: (    )
Data da assinatura:	E-mail:
Entidade a que pertence:	

Preencha os dados em letra de fôrma e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal e cruzado, para o Centro de Estudos Sindicais (CES), Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo-SP, CEP 01323-010, Fone/fax: (011) 289-1496.

SEJA REPRESENTANTE  
DA **DEBATE SINDICAL**  
NO SEU ESTADO

AJUDE A VENDER ASSINATURAS DE UMA REVISTA COMPROMETIDA COM O AVANÇO DO SINDICALISMO CLASSISTA EM NOSSO PAÍS. ALÉM DISSO, COMPLEMENTE SEU ORÇAMENTO, RECEBENDO 30% DO VALOR DA ASSINATURA. ENTRE IMEDIATAMENTE EM CONTATO COM O CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS PARA PREENCHER O SEU CADASTRO E RECEBER OS MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DA **DEBATE SINDICAL**.

**FONE/FAX: (011) 289-1496**